



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas,

A administração da TIM Participações S.A. ("TIM Participações", "Companhia" ou "TIM") apresenta o Relatório da Administração e Análise dos Resultados 2018, juntamente com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e com o Relatório dos Auditores Independentes para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2018.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade IFRS (International Financial Reporting Standards), conforme definidas pela IASB.

As informações operacionais e financeiras de 2018, exceto quando indicado de outro modo, são apresentadas em Reais (R\$), com base nos valores consolidados, e em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações.

Perfil da Companhia

A TIM Participações é uma sociedade de capital aberto, com ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) e ADRs (*American Depositary Receipts*) listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (New York Stock Exchange - NYSE). Em 2018, a TIM confirmou a sua manutenção, pelo décimo primeiro ano consecutivo, no seletor grupo de companhias que integram o portfólio ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial), reforçando o seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Além disso, é a única do setor de telecomunicações listada do Novo Mercado, segmento reconhecido pelo mais alto nível de governança corporativa da B3.

A TIM Participações é controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A., uma subsidiária do grupo Telecom Italia. Através da troca de experiências e adoção de uma política de boas práticas, a Companhia compartilha experiências com a sua controladora e acumula sinergias que beneficiam todos os seus clientes. Através de sua subsidiária, TIM S.A., a TIM opera nos mercados de telefonia móvel, fixa, longa distância e transmissão de dados, em todo território brasileiro, e no mercado de ultra banda larga abrangendo alguns estados do país.

1. Mensagem da Administração

O ano de 2018 demonstrou a capacidade da Companhia de ser resiliente e realizar em meio a um ambiente bastante desafiador mostrando o maior crescimento de Receita e EBITDA entre as grandes telcos. Nosso foco na execução do plano estratégico possibilitou enfrentamentos os desafios criados por uma recuperação econômica mais lenta que a esperada e um ambiente competitivo muito mais acirrado. Esta habilidade nos permitiu superar em alguns indicadores níveis históricos, como em EBITDA e Margem.

Foram chave para esse desempenho os seguintes elementos: (i) a resiliência do serviço móvel através da evolução da estratégia de transformação da base; (ii) o aproveitamento das oportunidades criadas a partir da expansão da operação de banda larga residencial; (iii) o desenvolvimento da infraestrutura na busca por suportar a evolução da experiência do cliente; (iv) uma abordagem voltada para eficiência e geração de valor para os acionistas.

Resiliência do Serviço Móvel

Ao longo do ano, o segmento móvel enfrentou um aumento na agressividade das ofertas, enquanto a atividade econômica permaneceu com baixo crescimento. Mesmo assim adaptamos nossa abordagem para administrar a forte transformação da base com o crescimento do Pós-pago. Para tal, buscamos trabalhar uma segunda onda no processo de *up-selling* que val além das migrações de Pré-pago para Pós-pago, acelerando as migrações dentro dos segmentos. Além disso, ampliou-se a utilização de ofertas com fidelização. Os impactos positivos desses ajustes ficaram evidentes através de resultados como: (i) o crescimento da base de Pós-pago de aproximadamente 14% A/A, atingindo um mix de mais de 36% do total, (ii) o aumento em duas vezes no volume de migrações de planos Controle para Pós-pago Puro, (iii) o incremento nas vendas de ofertas fidelizadas em quase 30 p.p. e (iv) a evolução do ARPU (*Average Revenue Per User*) móvel total em mais de 11% A/A.

Aproveitando as Oportunidades na Banda Larga Residencial

A banda larga residencial foi um dos grandes destaques do ano, tendo passado por uma completa transformação. Realizar uma expansão geográfica, saindo de uma operação limitada às 2 maiores áreas metropolitanas para passar a servir os clientes em 14 cidades de 5 estados, foi um grande desafio que requereu uma forte capacidade de adaptação e execução. Ainda mais considerando que essa expansão foi feita utilizando uma nova tecnologia, o FTTH (*Fiber To The Home*).

O lançamento comercial da conexão por fibra, possibilitou a evolução do portfólio de ofertas que além de uma conexão mais rápida e estável passou a levar também aos clientes conteúdo através de parceiros de *streaming* de vídeo. Essa combinação trouxe resultados expressivos, com a base de usuários crescendo aproximadamente 20%, enquanto o ARPU avançou 13%.

Desenvolvimento da Infraestrutura

O desenvolvimento da nossa infraestrutura é parte essencial dentro da estratégia de melhoria da experiência dos clientes. Portanto, ao longo do ano de 2018, demos ênfase a investimentos que tivessem um impacto direto na qualidade dos serviços móvel e fixo.

A manutenção da posição de liderança em cobertura 4G, com mais de 3.200 mil cidades, nos dá um diferencial competitivo importante que segue sendo ampliado com a implantação eficiente de um processo de *refarming* de frequências para expandir a capacidade de nossa rede. Adicionalmente, somos a operadora que mais acelerou na implementação do 4G através da frequência de 700 MHz, superando as 1.400 cidades cobertas, o que proporciona uma melhoria significativa na cobertura *indoor*.

Expandimos também nossa rede de fibra ótica, superando a marca de 90 mil quilômetros e chegando a mais de 600 cidades, o que auxiliou no desempenho da rede móvel com a conexão dos sites à fibra e ampliou a cobertura dos serviços de ultra banda larga da TIM Live. Este serviço está disponível hoje a mais de 1 milhão de domicílios nas 14 cidades que cobrimos.

Eficiência e Geração de Caixa

O programa de eficiência continua a permear toda a Companhia, somando mais de R\$ 340 milhões em economias. Além disso, o processo de transformação digital, tem impacto tanto em custo quanto em satisfação dos clientes, segue em ótima velocidade com resultados expressivos na adoção de canais não humanos (+37%), em pagamentos eletrônicos (+33%), faturas digitais (2x) dentro outros indicadores.

Os objetivos do programa não se restringem a economias de custos, mas também a eficiência fiscal e melhorias nas despesas financeiras. Neste contexto, foram entregues projetos de reorganização societária com impactos fiscais e operacionais, além da otimização das linhas de financiamento da Companhia.

A combinação desses fatores produziu o maior EBITDA da história da TIM atingindo R\$ 6,6 bilhões com uma margem próxima a 39% no ano, e também um excelente nível de geração de caixa líquido em R\$ 1,2 bilhão. Assim viabilizou-se um crescimento de quase 3 vezes na remuneração anunciada aos acionistas.

Conclusão e Perspectivas

Resiliência e foco na execução da estratégia foram as marcas de 2018, tornando possível entregar todas metas definidas e continuarmos nossa história de crescimento sustentável e consistente.

O ano de 2019 será de muito trabalho e seguimos evoluindo na nossa abordagem para materializar os objetivos estratégicos de ser a operadora mais admirada pelos clientes, com os colaboradores mais engajados e com a maior rentabilidade da indústria.

2. Panorama Econômico e Industrial

2.1. Ambiente Macroeconômico

A grande volatilidade do quadro macroeconômico, verificada em 2018 e ocasionada pela incerteza do processo eleitoral somadas às condições externas menos favoráveis aos países emergentes, impactou de forma direta o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, que estima-se fechar o ano com modesto crescimento de 1,3%, de acordo com o último relatório FOCUS¹, taxa bem abaixo da esperada pela maioria dos analistas de 2,7%, no início de 2018.

Já a inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), iniciou 2018 sob controle, mas apresentou oscilações ao longo do ano, impactada pela greve dos caminhoneiros e pela alta de preços administrados, como combustíveis e energia elétrica, tendo atingido o pico de 4,5%, para fechar o ano em 3,75%, levemente acima do registrado no ano anterior, porém ainda abaixo da meta estabelecida pelo Banco Central. Com a inflação abaixo da meta e com as expectativas ancoradas, a política monetária tem se caracterizado pela estabilidade da taxa de juros em 6,5% ao ano (a.a.) e pela expectativa na manutenção deste patamar para o próximo ano.

Na frente cambial, o Real desvalorizou 18,50% contra o dólar americano em 2018. Tendo apresentado forte oscilação ao longo do ano, diante de fatores como a incerteza sobre o cenário político e econômico brasileiro, somado a fatores internacionais, em especial à guerra comercial envolvendo EUA e China com a tarifação mútua sobre importações, que podem impactar o crescimento global. A balança comercial fechou o ano com um superávit de US\$ 58 bilhões, o que representa uma queda de 13% em comparação com 2017, impactada pelo avanço das importações em 19,7%, ritmo mais acelerado que o das exportações, que registrou crescimento de 9,6%.

Apesar do resultado geral positivo e a retomada, ao final de 2018, da confiança do mercado em geral com a definição do cenário eleitoral, ainda há forte incerteza quanto à aprovação das reformas necessárias à retomada do crescimento, em especial a da previdência e a fiscal, ao longo de 2019, bem como em relação à profundidade das propostas que serão apresentadas pelo novo governo.

Quanto ao cenário internacional, a guerra comercial entre EUA e China, iniciada em março de 2018, com a já mencionada sobretaxação mútua de produtos destes países, trouxe volatilidade aos mercados, gerando fortes oscilações diante da possibilidade de uma desaceleração da economia mundial. Na Europa, o nível de atividade econômica apresentou leve desaceleração na zona do euro, ainda impactada pelas indefinições sobre o Brexit bem como em razão da desaceleração do comércio global.

2.2. Setor de Telecomunicações

O setor de telecomunicações no Brasil é marcado pela grande concorrência e pela efetiva regulação da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, que tem a missão de "promover o desenvolvimento das telecomunicações do país, de modo a dotá-lo de uma moderna e eficiente infraestrutura de telecomunicações, capaz de oferecer à sociedade serviços adequados, diversificados e a preços justos, em todo o território nacional".

A recuperação da economia em um ritmo mais moderado do que o inicialmente esperado pelo mercado em geral repercutiu sobre o setor de telecomunicações brasileiro em 2018, que seguiu a trajetória identificada nos anos anteriores de redução da base de clientes móveis. O mercado móvel manteve a dinâmica de migração de assinantes pré-pagos para planos híbridos (planos controle) e pós-pago que, em geral, são planos que buscam fidelizar seus clientes com ofertas que apresentem recorrência de consumo e, por consequência, de receitas, em linha com a estratégia de oferecer mais por mais.

Contudo, tal estratégia foi impactada por um acirramento da competição no mercado brasileiro, verificado pela presença de ofertas mais agressivas sob o ponto de vista do conteúdo disponibilizado aos clientes e de uma redução no patamar dos preços praticados pelas operadoras de um modo geral, o que, de certa forma, limitou a capacidade da Companhia de repassar aumentos de custos ou de propor a adesão a ofertas de maior valor.

O setor manteve a tendência de forte crescimento no consumo de dados, exigindo das operadoras a capacidade de adaptação de suas redes, enfrentando o desafio de entregar uma infraestrutura cada vez mais robusta, em ambiente de maior racionalidade nos investimentos, como projetos como a densificação de sites, o *refarming* de frequência e a agregação de portadoras em duas ou três frequências. Além disso, a TIM segue avançando nas iniciativas de compartilhamento focada no 4G e no transporte de rede. Essa evolução da rede da Companhia permite a ampliação significativa do tráfego na rede 4G, que propicia aos seus clientes melhor experiência de uso, tanto em termos de performance, com maior velocidade de *download* e *upload* e menor latência, como em cobertura *indoor* e maior penetração.

Por fim, a crescente demanda por Banda Larga Fixa consolidou a visão do acesso à internet como bem essencial à população, o que se confirmou pela evolução na base de clientes e nas adições líquidas da TIM Live.

3. Serviços TIM

3.1. Negócios

A TIM é reconhecida por sua forte marca e pela reputação de uma empresa inovadora e disruptiva, capaz de definir novos padrões de consumo ao mercado. A abordagem proativa permite à Companhia estar em uma posição de protagonismo na transformação do modelo de negócios nas telecomunicações. A mudança no perfil de consumo dos clientes e o surgimento de novas tecnologias fomentam uma ruptura na indústria de telecomunicações, baseada no consumo de dados, conteúdos e serviços digitais.

O pioneirismo e a inovação nas ofertas são marcas da Companhia, que dispõe de um portfólio completo, tanto para clientes pessoas físicas como soluções corporativas para pequenas, médias e grandes empresas. Além dos tradicionais serviços de voz e dados, a TIM oferece o serviço de ultra banda larga fixa, TIM Live, e o serviço de banda larga fixa através da rede móvel, utilizando a tecnologia WTTX.

Ainda no portfólio, a Companhia oferece uma série de conteúdos e serviços digitais em seus pacotes, aumentando as funcionalidades dos dispositivos móveis no cotidiano de seus clientes. A capacidade de gerar um portfólio completo e variado dá à TIM a possibilidade de ofertar pacotes customizados aos seus clientes e propor ofertas convergentes em determinadas regiões.

Em 2018, a TIM inovou ao trazer mudanças significativas nos segmentos controle e pré-pago. No controle, porta de entrada para o pós-pago, a Companhia disponibilizou para seus clientes uma oferta com redes sociais ilimitadas por 3 meses, adicionais aos pacotes robustos de internet e serviços digitais. O mesmo para o segmento pré-pago, cujo novo perfil conta com redes sociais ilimitadas, pacote de dados e validade da oferta de acordo com a recarga e ligações ilimitadas para qualquer operadora.

O novo posicionamento da TIM procura acompanhar o desejo de seus consumidores, os considerando centro da tomada de decisão, baseada: (i) INOVAÇÃO, que está no DNA da Companhia e continuará como prioridade, com novos planos, ofertas, parcerias e tecnologias; (ii) QUALIDADE, que é a base da fidelização do cliente e da expansão do seu ciclo de vida; e (iii) EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO, que é o pilar estratégico de convergência de todos os demais, estabelecendo uma nova relação com os clientes e atuando de forma a todos receberem a melhor experiência, ótimos serviços e uma relação transparente com a Companhia.

3.2. Estratégia

A estratégia da Companhia, para o ano de 2018, foi apoiada em 6 (seis) pilares: cultura, digitalização, oferta, infraestrutura, eficiência e experiência do cliente. Tais pilares objetivam redesenhar a experiência do cliente e tornar a TIM a melhor escolha de valor do mercado, alcançada pela posição de liderança em ultra banda larga móvel e a proposição de ofertas inteligentes.

No pilar da cultura, o objetivo é disseminar o sentimento de propriedade, responsabilidade, sendo esse o eixo para uma profunda transformação cultural dentro da Companhia. Com base no conceito de *accountability*, a TIM acredita que seus colaboradores poderão concentrar sua criatividade e energia na busca de novas soluções, entregando resultados positivos.

O pilar da digitalização tem como meta acelerar o desenvolvimento e implementação de sistemas digitais, melhorando a experiência do cliente e proporcionando significativas eficiências operacional e financeira. A migração para plataformas digitais e flexíveis segue a tendência do mercado de emprego das mais sofisticadas tecnologias, possibilitando maior agilidade e eficiência operacional.

O pilar da oferta tem como proposta o desenvolvimento seletivo de pacotes inovadores, de acordo com o perfil do cliente. Adicionalmente, a Companhia pretende ampliar a oferta de ultra banda larga fixa através das tecnologias FTTH (*Fiber To The Home*) e WTTX (*Wireless To The X*), que permitirão uma abordagem seletiva com ofertas convergentes em determinadas regiões.

No âmbito da infraestrutura, a Companhia visa expandir a cobertura 4G com 700MHz, confirmando a sua liderança em cobertura com ultra banda larga móvel e excelência de qualidade. Em paralelo, o desenvolvimento da rede de fibra visa ampliar a cobertura de banda larga fixa e manter o nível de qualidade exigido pelos clientes, que é uma das diretrizes do direcionamento dos investimentos.

A proposta de eficiência continua na estratégia da Companhia, apoiada na visão ampla e sistêmica predominante na operação, que visa gerar eficiências disruptivas tanto no âmbito operacional como financeiro. Todos os 5 (cinco) pilares mencionados anteriormente estão diretamente relacionados ao compromisso com a experiência do cliente. Esse é o objetivo principal que abrange toda a estrutura proposta e tem o cliente como o centro da tomada de decisões.

4. Recursos Humanos

A TIM entende que para conquistar melhores resultados, precisa de um time engajado. Por isso, estabeleceu uma relação de transparência com todos os níveis da Companhia. Clarezza e direcionamento são fundamentais para que nosso time atue na direção dos nossos objetivos, com autonomia e senso de dono.

Entre as práticas de destaque, oferecemos um pacote diferenciado de remuneração e benefícios, sendo um dos tops que apresentou melhor evolução em nossa Pesquisa de Clima anual, realizada pela Hay/Korn Ferry em 2018. Destaque também para as práticas de Treinamento, outro aspecto com bom desempenho na referida pesquisa.

Nossa cultura é fortalecida nos pilares de *Accountability* (senso de dono) e *Customer Experience*, que são essenciais para nos diferenciarmos em nosso segmento. Em um ambiente de trabalho dinâmico e desafiador, a Companhia oferece espaço e oportunidades para que sua equipe expanda seus horizontes, desenvolva e amplie as conquistas corporativas e pessoais.

4.1. Pessoas

A TIM encerrou 2018 com 9.661 funcionários em todo Brasil. Esses colaboradores, com suas histórias e conhecimentos, representam o capital intelectual da Companhia e atuam como motores para o desenvolvimento do negócio.

Aproximadamente 72,5% dos colaboradores possuem ensino superior completo ou frequentam a universidade e 10,3% possuem pós-graduação. Os números e resultados mostram que a TIM possui um quadro diversificado e altamente qualificado para atender os desafios da Companhia. A força de trabalho é complementada por 180 estagiários e 235 jovens aprendizes.

4.2. Desenvolvimento e Treinamento

Os colaboradores da TIM têm acesso a ferramentas inovadoras e caminhos bem estruturados para evoluir dentro da companhia e construir uma carreira de sucesso. De maneira alinhada com os valores organizacionais, eles traçam a carreira a partir das suas próprias experiências profissionais e conhecimento adquirido com o investimento da companhia. Neste sentido, a TIM investiu mais de R\$ 9 milhões em treinamento e desenvolvimento dos seus colaboradores em 2018.

Para orientar as carreiras dos seus funcionários, a TIM mapeia e monitora o desempenho individual para qualificar as atividades com mais assertividade. Além de encorajar e proporcionar oportunidades de crescimento reais, a Companhia reconhece a dedicação e o desempenho diferenciado dos seus profissionais, recorrendo à Gestão de Desempenho.

Para atrair os melhores alunos do mercado e treinar nossos futuros profissionais, o Programa de Estágio traz, para a TIM, jovens com energia, determinação, iniciativa, sentido de equipe e, especialmente, interesse por desafios.

4.3. Plano de Incentivo de Longo Prazo

O Plano de Incentivo de Longo Prazo visa conceder ações ou opções de compra de ações da TIM Participações a colaboradores da Companhia e suas subsidiárias, buscando desse modo promover a expansão, conquista e sucesso dos objetivos corporativos e garantindo o alinhamento de interesses dos acionistas e da administração da TIM.

Em 5 de agosto de 2011, 10 de abril de 2014 e 19 de abril de 2018, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM Participações S.A. os planos de incentivo de longo prazo: "Plano 2011-2013", "Plano 2014-2016" e "Plano 2018-2020", respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia e em suas controladas.

Os Planos 2011-2013 e 2014-2016 tratam da outorga de opções de ações, enquanto que o Plano 2018-2020 prevê a outorga de ações.

O exercício das opções do Plano 2011-2013 está condicionado ao atingimento de metas específicas de desempenho, enquanto que o Plano 2014-2016 não possui premissa de atingimento de meta e o seu exercício está condicionado à favorabilidade do preço de mercado na ocasião do exercício, de forma comparativa ao Preço de Exercício. Por sua vez, o Preço de Exercício de ambos os Planos é calculado tendo como referência o Preço Base da Ação, ajustado, para mais ou para menos, em consequência do desempenho acionário, considerando os critérios previstos em cada Outorga.

Em relação ao exercício do Plano 2018-2020, a concessão de ações da Companhia está sujeita a condições de tempo e desempenho (atingimento de metas específicas). Tais condições de desempenho podem ainda variar a quantidade de ações concedidas, para mais ou para menos, em função dos critérios definidos em cada Outorga.

O prazo de vigência das opções dos Planos 2011-2013 e 2014-2016 é de 6 anos e a TIM Participações não possui obrigação legal ou não formalizada de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro. Já para o Plano 2018-2020, o prazo de vigência possui a periodicidade de 3 anos, que é a mesma relacionada à sua carência (*Vesting*). Por sua vez, além de considerar a transferência de ações, o Plano 2018-2020 prevê também a possibilidade de realizar o pagamento aos participantes do valor equivalente em dinheiro.

Conforme aprovado pela Assembleia Geral da Companhia, a gestão dos Planos fica a cargo do Conselho de Administração, sujeito ao Estatuto Social da Companhia.

Especificamente para o ano de 2017, em função da Companhia ter iniciado o processo de reestruturação do seu plano de incentivo de longo prazo, em caráter excepcional e devidamente aprovado pelo Conselho de Administração, o plano de incentivo de longo prazo ocorreu em forma de bônus, com o pagamento condicionado ao atingimento de determinados indicadores financeiros da TIM e dividido em três parcelas anuais.

4.3.1. Opção de Ações Ciclo 2011-2013

Plano	Opções Concedidas	Opções Exercidas	Opções Expiradas	Opções Não Exercidas
Plano 2011 - 2013	8.567.765	(3.399.832)	(4.624.350)	543.583
1º Concessão	2.833.595	(1.532.132)	(1.301.463)	-
2º Concessão	2.661.752	(896.479)	(1.765.273)	-
3º Concessão	3.072.418	(971.221)	(1.557.614)	543.583

4.3.2. Opção de Ações Ciclo 2014-2016

Plano	Opções Concedidas	Opções Exercidas	Opções Expiradas	Opções Não Exercidas
Plano 2014 - 2016	8.965.119	(2.473.308)	(4.501.793)	1.720.017
1º Concessão	1.687.686	(27.424)	(1.128.290)	531.972
2º Concessão	3.355.229	(1.146.626)	(1.646.080)	292.523
3º Concessão	3.922.204	(1.299.258)	(1.727.423)	895.522

4.3.3. Ações Ciclo 2018-2020

Plano	Opções Concedidas	Opções Exercidas	Opções Expiradas	Opções Não Exercidas
Plano 2018 - 2020	849.932	-	(383.418)	466.514
1º Concessão	849.932	-	(383.418)	466.514
2º Concessão	-	-	-	-
3º Concessão	-	-	-	-

5. Rede

Infraestrutura é um dos pilares estratégicos da Companhia e a TIM reafirma o seu compromisso de investimento em 2019, buscando oferecer mais e melhores serviços. As recentes mudanças no padrão de consumo bem como a crescente expectativa dos usuários quanto à qualidade dos serviços prestados, exigem um plano estruturado de expansão da rede, respaldado por análises técnicas mais robustas quanto ao padrão de consumo e necessidades de seus clientes, além de uma grande transformação cultural.

No âmbito da utilização do espectro, a TIM continua seu bem-sucedido projeto de *refarming* expandindo para a frequência 2,1 GHz, visando mais eficiência e melhor performance. Com relação à fibra, a Companhia segue com o projeto de expansão de rede, de forma a suportar a rede convergente de ultra banda larga, aumentando a disponibilidade do FTTH e o FTTH.

Quanto aos sites, a TIM projeta aumentar a densidade de sites a partir da utilização de *Biosites*, que são estruturas sustentáveis, mais baratas, mais fáceis de instalar e não causam impacto visual nas cidades. No contexto de *big data*, a Companhia segue numa constante evolução de suas ferramentas de análise a partir de bases mais completas e abrangentes, visando um direcionamento mais eficiente dos investimentos.

No que tange à cultura corporativa, as novas tecnologias e as expectativas dos clientes provocam uma ruptura no modelo tradicional das operadoras de telecomunicações. Nesse cenário, a TIM visa desenvolver, motivar e engajar seus colaboradores com vistas a atuarem em um ambiente dinâmico, inovador e colaborativo, a partir de um modelo operacional ágil e flexível.

5.1. Cobertura Nacional

A infraestrutura da TIM tem um alcance nacional, cobrindo aproximadamente 95% da população urbana brasileira, com presença em aproximadamente 3.500 cidades. A Companhia também possui uma ampla cobertura de dados, mantendo a sua posição de liderança em cobertura 4G no país.

Do total de R\$ 3,98 bilhões investidos em 2018, 87% foram alocados apenas em rede e tecnologia de informação, a linha conexão digital abrangeu mais de 4,3 milhões de domicílios em 14 cidades: O desenvolvimento da infraestrutura também está alinhado com os valores de responsabilidade social corporativa da Companhia. A TIM continua com o projeto de instalação de *Biosites*, uma solução para densificação da rede de acesso móvel (antenas/torres) com baixíssimo impacto visual. Além de contribuir para a harmonização com o meio ambiente e com a infraestrutura urbana – multifuncionalidade capaz de agregar além da transmissão de telecomunicações, iluminação e câmeras de segurança – essas estruturas são de menor custo e mais rápida instalação. Ao final de 2018, a TIM alcançou um total de **841 Biosites ativos**. Atualmente, a Companhia detém autorização de uso de mais de 130 MHz em espectro, sendo 36 MHz em frequências abaixo de 1 GHz, distribuídos da seguinte forma:

Descrição	2018	2017	%A/A
Cidade 4G	3.272	3.003	9,0%
das quais 700 Mhz habilitadas	1.426	916	55,7%
das quais VoLTE habilitadas	2.522	1.445	74,5%
População Urbana Coberta (4G)	93%	91%	1,6 p.p.
das quais 700 Mhz habilitadas	65%	32%	33,2 p.p.
das quais VoLTE habilitadas	76%	44%	31,6 p.p.
Cidades 3G	3.169	3.013	5,2%
População Urbana Coberta (3G)	92%	90%	1,3 p.p.

Ao final do ano, a TIM possuiu **18.800 sites**, sendo 67% conectados através de *backhaul* de alta capacidade, para o mesmo período.

Em relação a infraestrutura de transporte, a Companhia alcançou **90,1 mil km fibra ótica para backbone e backhaul**, um avanço de 5,7% A/A.

A cobertura de banda larga fixa residencial segue evoluindo, com 1,1 milhão de domicílios em FTTH, 3,5 milhões em FTTC, perfazendo um total de 4,3 milhões de domicílios em 14 cidades: O desenvolvimento da infraestrutura também está alinhado com os valores de responsabilidade social corporativa da Companhia. A TIM continua com o projeto de instalação de *Biosites*, uma solução para densificação da rede de acesso móvel (antenas/torres) com baixíssimo impacto visual. Além de contribuir para a harmonização com o meio ambiente e com a infraestrutura urbana – multifuncionalidade capaz de agregar além da transmissão de telecomunicações, iluminação e câmeras de segurança – essas estruturas são de menor custo e mais rápida instalação. Ao final de 2018, a TIM alcançou um total de **841 Biosites ativos**. Atualmente, a Companhia detém autorização de uso de mais de 130 MHz em espectro, sendo 36 MHz em frequências abaixo de 1 GHz, distribuídos da seguinte forma:

Média de Espectro	Ponderada por População
700 MHz	11
850 MHz	5
900 MHz	35
1.800 MHz	22
2.100 MHz	20
2.500 MHz	20

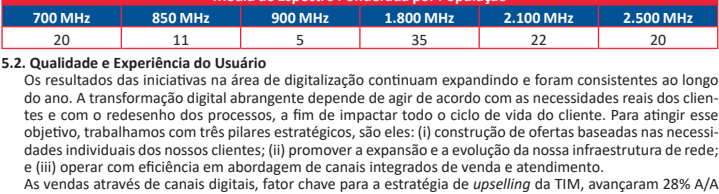
5.2. Qualidade e Experiência do Usuário

Os resultados das iniciativas na área de digitalização continuam expandindo e foram consistentes ao longo do ano. A transformação digital abrangeu e dependeu de agir de acordo com as necessidades reais dos clientes e com o redesenho dos processos, a fim de impactar todo o ciclo de vida do cliente. Para atingir esse objetivo, trabalhamos com três pilares estratégicos, são eles: (i) construção de ofertas baseadas nas necessidades individuais dos nossos clientes; (ii) promover a expansão e a evolução da nossa infraestrutura de rede; e (iii) operar com eficiência em abordagem de canais integrados de venda e atendimento.

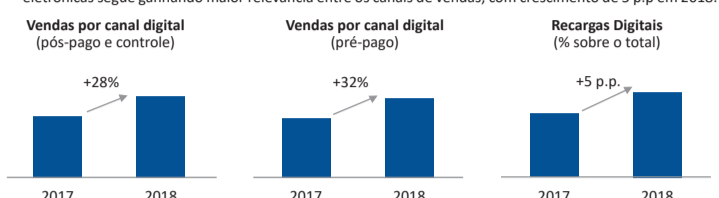
As vendas através de canais digitais, fator chave para a estratégia de *upselling* da TIM, avançaram 28% A/A

Em relação ao atendimento, o App Móvel e a modernização da URA são fundamentais para melhorar a qualidade do atendimento. Nesse sentido, destacamos o aumento de 26% das interações não humanas como um todo. O número de usuários únicos do App Meu TIM mais do que dobrou, enquanto a retenção da URA cresceu 3 p.p., levando a uma queda de 6% nas interações humanas através do nosso call center, ao final de 2018.

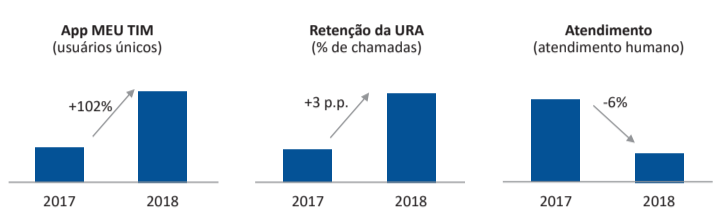
As iniciativas de incentivo digitalizaram as etapas de faturamento e pagamento apresentaram forte crescimento em 2018. As faturas entregues por canais digitais dobraram, levando a penetração desse meio a mais de 50% ao final do ano. O número de clientes que realizam pagamentos por meios digitais cresceu 32,6% A/A.



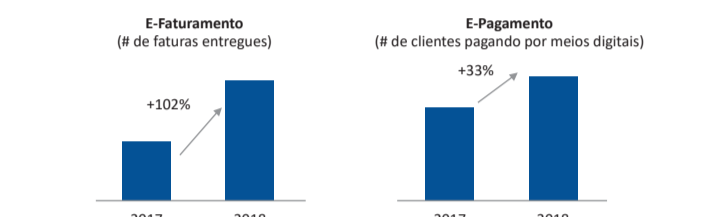
no segmento pós-pago (puro + controle) e 32% no pré-pago em 2018. Enquanto isso, o mix de recargas eletrônicas segue ganhando maior relevância entre os canais de vendas, com crescimento de 5 p.p. em 2018.



Em relação ao atendimento, o App Móvel e a modernização da URA são fundamentais para melhorar a qualidade do atendimento. Nesse sentido, destacamos o aumento de 26% das interações não humanas como um todo. O número de usuários únicos do App Meu TIM mais do que dobrou, enquanto a retenção da URA cresceu 3 p.p., levando a uma queda de 6% nas interações humanas através do nosso call center, ao final de 2018.



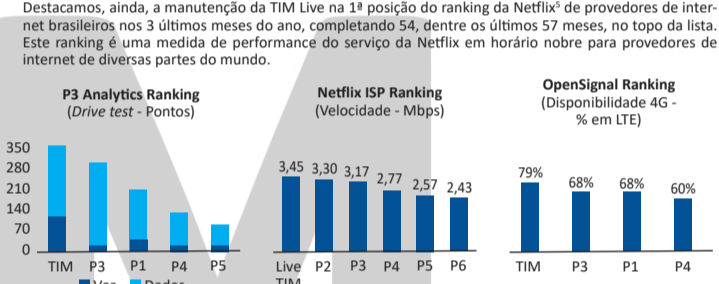
As iniciativas de incentivo digitalizaram as etapas de faturamento e pagamento apresentaram forte crescimento em 2018. As faturas entregues por canais digitais dobraram, levando a penetração desse meio a mais de 50% ao final do ano. O número de clientes que realizam pagamentos por meios digitais cresceu 32,6% A/A.



No âmbito da rede, atestando a qualidade da rede móvel da TIM, a Open Signal³, no seu relatório divulgado em janeiro de 2019, mais uma vez colocou a rede 4G da TIM como a mais disponível. Os usuários TIM passaram 78,6% do tempo na tecnologia LTE. A TIM manteve a liderança em regiões importantes do país como por exemplo, São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Belo Horizonte (MG).

Além desse relatório, um estudo da consultoria P3 Network Analytics⁴ apontou a TIM como tendo a melhor rede móvel do Brasil entre as maiores operadoras. A consultoria avaliou a performance de dados e voz das principais operadoras do Brasil nas maiores cidades do país (São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília), através de um *drive testing* de cerca de 9.000 km.

Destacamos, ainda, a manutenção da TIM Live na 1ª posição do ranking da Netflix⁵ de provedores de internet brasileiros nos 3 últimos meses do ano, completando 54, dentro os últimos 57 meses, no topo da lista. Este ranking é uma medida de performance do serviço da Netflix em horário nobre para provedores de internet de diversas partes do mundo.



6. Desempenho Operacional

6.1. Panorama do Mercado Brasileiro

Seguindo a dinâmica do último ano, o mercado brasileiro manteve seu processo de redução da base de clientes, porém em um ritmo menos acelerado quando comparado a anos anteriores. Esse movimento ainda é explicado, principalmente, pelo resultado da migração de clientes do pré-pago para a pós-pago através ações de limpeza de base e pelo processo de consolidação de múltiplos chips (SIM cards).



A Receita de Serviço Fixo totalizou R\$ 860 milhões ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e **apresentou um crescimento de 9,2%** em relação ao ano anterior. Esta performance é resultado do forte crescimento da TIM Live mais que compensando a queda da receita nos outros negócios do segmento fixo (corporativo e atacado).

A TIM Live manteve o ritmo de forte crescimento, com expansão de 38,4% A/A. Com a ampliação da cobertura, a Live passou a estar presente em 14 cidades (sendo 5 capitais) e já representa quase 50% da receita de serviço fixo.

A Receita de Produtos totalizou R\$845 milhões, um crescimento de 11,2% comparado a 2017, reflexo do melhor mix das vendas que contribuiu para a elevação do preço médio dos aparelhos vendidos (+7,7% A/A). Este aumento foi acompanhado de uma redução de 3,1% no volume de aparelhos comercializados no ano de 2018 em relação ao ano de 2017.

7.2. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	2018	2017	%A/A
R\$ milhões			
Custos Reportados da Operação	(10.487)	(10.287)	1,9%
Custos Normalizados* da Operação	(10.487)	(10.285)	2,0%
Pessoal	(994)	(956)	4,0%
Comercialização	(3.518)	(3.494)	0,7%
Rede e Interconexão	(3.661)	(3.826)	-4,3%
Gerais e Administrativos	(579)	(548)	5,5%
Custo de Mercadorias Vendidas (CMV)	(884)	(847)	4,4%
Provisão para Devedores Duvidosos	(530)	(316)	67,5%
Outras receitas (despesas) operacionais	(322)	(297)	8,3%
Custos Normalizados* da Operação Ex-CMV	(9.604)	(9.438)	1,8%

*Custos da Operação normalizados por ajustes ao contrato de sale-leaseback de torres (+R\$ 431 mil no 4T18, +R\$ 1,1 milhão no 2T18, +R\$ 220 mil no 1T18 e +R\$ 1,8 milhão no 2T17), custos temporários de RH e G&A (+R\$ 120 mil no 2T17 e +R\$ 132 mil no 1T17), crédito fiscal devido à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS (-R\$ 159,1 milhões no 4T18) e revisão do prognóstico de perda para contingências trabalhistas com pessoal próprio e de terceiros e para contingências fiscais (+R\$ 156,5 milhões no 4T18).

Os Custos e Despesas Reportados no ano de 2018 totalizaram R\$ 10.487 milhões, um aumento de 1,9% em relação aos custos reportados em 2017. Desconsiderando os efeitos não recorrentes, os Custos e Despesas Normalizados Totais aumentaram 2,0% no ano, totalizando R\$ 10.487 milhões em 2018. Os principais efeitos que afetaram os custos foram (i) (-R\$ 159 milhões) ganho advindo da decisão judicial referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS (DFP nota 9), (ii) (+R\$ 157 milhões) revisão do prognóstico de perdas para provisões trabalhistas e fiscais referente a casos de anos anteriores (DFP nota 24) e, (iii) (+R\$ 43,1 mil) ajustes ao contrato de *sale-leaseback* de torres (DFP nota 16).

O desempenho desta linha é explicado por (i) o aumento no custo de mercadorias vendidas (CMV), (ii) o aumento no PDD fruto da maior exposição a clientes pós-pago e (iii) as despesas relacionadas ao direito de uso da marca TIM. Ainda assim, tal performance segue abaixo da inflação registrada no período (IPCA 12M; 3,75%) e influenciada positivamente pelas iniciativas entregues em nosso Plano de Eficiência.

O Plano de Eficiência atingiu 118% da meta estabelecida para o ano de 2018, reforçando o foco no estrito controle de custos. No acumulado do período, as iniciativas do plano geraram economias que somaram mais de R\$ 340 milhões.

Uma análise do detalhamento das despesas operacionais do ano está apresentada abaixo:

Pessoal Normalizado alcançou R\$ 994 milhões em 2018, apresentando alta de 4,0% em relação a 2017 impactado por (i) inflação do ano anterior, que corrigiu a base de salários e benefícios; (ii) maior número de colaboradores (+1,5% A/A); (iii) efeitos temporários gerados pelo término de contratos de executivos que deixaram companhia; e (iv) recomposição de planos de previdência antigos.

Comercialização aumentou 0,7% A/A, atingindo R\$ 3.518 milhões impactada por maiores despesas (i) com vendas de pós-pago e banda larga residencial, (ii) com publicidade e propaganda devido a campanhas de lançamento de novas ofertas ao longo do ano e (iii) referente ao direito de uso da marca TIM. Tais efeitos foram parcialmente compensados pelas (i) eficiências geradas através da digitalização de processos, (ii) redução das despesas com FISTEL e (iii) queda nas despesas com comissionamento de recarga.

Rede e Interconexão, esta linha apresentou queda de 4,3% A/A, quando comparado a 2017. Este resultado foi influenciado pelos menores custos de Interconexão, tendo como principais fatores de melhoria (i) a queda na tarifa de terminação móvel (VU-M), (ii) menor pressão do tráfego saíte para outras operadoras e (iii) redução dos custos com provedores de conteúdo. Esses efeitos positivos mais do que compensaram os maiores custos relacionados a elementos de rede e compartilhamento e locação de infraestrutura.

Despesas Gerais e Administrativas normalizadas (G&A) encerraram o ano de 2018 com um crescimento de 5,5% em relação a 2017, explicado principalmente maiores despesas atreladas aos serviços de cobrança com o início de uma nova operação de *contact center* em setembro, uma das iniciativas implementadas em nosso plano de ação para recuperar o PDD e maiores custos associados a manutenção.

O Custo da Mercadoria Vendida (CMV) foi de R\$ 884 milhões, aumento de 4,4% quando comparado a 2017, acompanhando a dinâmica da receita de aparelhos, com aumento no preço médio de venda de 7,7% A/A mais que compensando a redução no volume de vendas no período (-3,1% A/A).

As Provisões para Devedores Duvidosos (PDD) em 2018, atingiram R\$ 530 milhões, um aumento de 67,5% frente ao resultado de 2017, explicado pelo crescimento contínuo da receita exposta a inadimplência em função do crescimento da base pós-paga. Mesmo com essa expansão, a PDD como percentual da Receita Bruta permanece sob controle, no patamar de 2% no ano.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais Normalizadas totalizou R\$ 322 milhões, aumento de 8,3% A/A no acumulado do ano. Apesar das oscilações sazonais ao longo do ano, a participação dessa linha sobre o OPEX total normalizado de 2018 ficou praticamente estável em 3,1% (versus 2,9% em 2017).

Os Custos de Aquisição de Clientes (SAC + subsídio + comissionamento + despesas de publicidade) atingiram R\$ 46,4 por adição bruta em 2018, um aumento de 17,1% A/A. Ainda permanecem sendo os motores dessa trajetória as maiores despesas com comissionamento (mix de pós-pago mais elevado nas adições brutas) e com publicidade.

Apesar do aumento do SAC, a relação SAC/ARPU, que indica o *payback* por cliente, permaneceu em um nível saudável de 2,1 meses em 2018.

7.3. DO EBITDA ao Lucro Líquido

Descrição	2018	2017	%A/A
R\$ milhões			
EBITDA Reportado	6.564	5.947	10,4%
Margem EEDTDA Reportada	38,5%	36,6%	1,9 p.p.
Depreciação & Amortização	(4.125)	(4.014)	2,8%
Depreciação	(2.250)	(2.180)	3,2%
Amortização	(1.874)	(1.833)	2,2%
EBIT	2.439	1.933	26,2%
Margem EBIT	14,3%	11,9%	2,4 p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(537)	(498)	7,9%
Despesas financeiras	(951)	(1.010)	-5,8%
Receitas financeiras	413	513	-19,5%
Variações cambiais, líquidas	1	(1)	n/a
Lucro antes dos impostos	1.902	1.436	32,5%
Imposto de renda e cont. social	658	(201)	n/a
Lucro Líquido	2.559	1.235	107,3%
EBITDA Normalizado*	6.563	5.949	10,3%
Margem EBITDA Normalizada*	38,5%	36,6%	1,8 p.p.
Resultado Financeiro Líquido Normalizado*	(604)	(498)	21,2%
Imposto de renda e cont. social Normalizado*	(269)	(201)	33,8%
Lucro Líquido Normalizado*	1.566	1.237	26,6%
Total de Itens Normalizados	994	(2)	n/a

*EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de Custos (-R\$ 841 mil em 2018 e +R\$ 2,1 milhões em 2017). Resultado financeiro normalizado pela atualização monetária sobre crédito fiscal e revisão do prognóstico de contingências trabalhistas e fiscais (-R\$ 66 milhões em 2018). Lucro líquido normalizado pelo crédito fiscal devido à incorporação da TIM Celular pela TIM S.A. e outros efeitos (-R\$ 994 milhões em 2018 +R\$ 2 milhões em 2017).

EBITDA

O EBITDA Normalizado totalizou R\$ 6,6 bilhões em 2018, um robusto crescimento de 10,3% A/A. As principais avançadas que contribuíram para esta performance foram: (i) crescimento da Receita de Serviço Móvel, (ii) crescimento da receita do serviço fixo impulsionada pela TIM Live, e (iii) custos sob controle com o Plano de Eficiência.

A Margem EBITDA Normalizada encerrou 2018 em 38,5%, 1,8 p.p. de acréscimo na comparação A/A, mantendo a trajetória de crescimento dos últimos 4 anos. A exposição do EBITDA a VU-M caiu 1 p.p. fechando o ano de 2018 com a exposição em -0,2%. A dinâmica deste indicador tende a ser um pouco mais volátil e ligada a dinâmica do tráfego off-net (entrante vs. sainde).

Depreciação e Amortização (D&A) / EBIT

D&A apresentou incremento de 2,8% A/A em 2018, explicada, principalmente, pelo crescimento no investimento em *software* dedicados ao processo de digitalização e pela licença de 700MHz (a amortização da licença começa após a ativação das cidades). **O EBIT Normalizado cresceu 26,0% A/A no ano, enquanto O EBIT reportado apresentou crescimento 26,2% A/A em 2017.**

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O Resultado Financeiro Reportado foi negativo em R\$ 537 milhões sendo impactado por efeitos não-recorrentes no total de R\$ 66 milhões.

Excluindo-se esses efeitos, o Resultado Financeiro Líquido Normalizado foi negativo em R\$ 604 milhões, 21,2% mais negativo do que em 2017. Tal desempenho é explicado por impactos gerados a partir da liberação do uso* da licença 700MHz em mais cidades, pelo incremento de PIS/COFINS relacionado a distribuição de juros sobre capital próprio.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de Renda e Contribuição Social Reportado foi positivo em R\$ 658 milhões, em 2018, sendo afetado pelos efeitos não-recorrentes descritos anteriormente e pelo impacto da incorporação da TIM Celular pela TIM S.A., que gerou um crédito fiscal de R\$ 950 milhões.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social Normalizado foi positivo em R\$ 269 milhões em 2018, um aumento de R\$ 68 milhões versus o 2017, com alíquota efetiva de 14,7% versus -14,0% do ano anterior. Tal resultado é principalmente explicado pela expansão do EBIT compensado parcialmente pela dedutibilidade do pagamento de Juros sobre Capital Próprio de aproximadamente R\$ 850 milhões aprovado no ano de 2018.

LUCRO LÍQUIDO

O Lucro Líquido Normalizado pelos efeitos descritos anteriormente totalizou R\$ 1,6 bilhão, avanço 26,6% A/A, enquanto Lucro por Ação (LPA) foi de R\$ 0,65 comparado com R\$ 0,51 no ano anterior.

O Lucro Líquido Reportado totalizou R\$ 2,6 bilhões, crescimento de 107,0% A/A com LPA de R\$ 1,06 versus R\$ 0,51 em 2017.

Descrição	2018	2017	%A/A
R\$ milhões			
EBITDA Normalizado*	6.563	5.949	10,3%
Capex	(3.977)	(4.148)	-4,1%
EBITDA Normalizado* - Capex	2.585	1.801	43,5%
Capital de Giro	357	579	-38,4%
Itens operacionais não recorrentes	1	(2)	n.a.
Fluxo de Caixa Operacional Ex-licenças	2.943	2.379	23,7%
Limpeza 700MHZ	(143)	(859)	-83,4%
Fluxo de Caixa Operacional Reportado	2.800	1.520	84,3%

* EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de Custos (-R\$ 841 mil em 2018 e +R\$ 2,1 milhões em 2017).

O Fluxo de Caixa Operacional Livre Normalizado (FCOL) excluindo a licença de 700 MHz, foi de R\$ 2.943 milhões no ano, um aumento de R\$ 565 milhões comparado a 2017, resultado do crescimento do EBITDA e da redução do CAPEX, porém com uma menor contribuição do capital de giro.

CAPEX

Em 2018, os investimentos recuaram 4,1% A/A, totalizando R\$ 3.977 milhões e continuarão sendo destinados à infraestrutura (mais de 85%), principalmente a projetos de rede de transporte, TI e tecnologia 4G através do 700MHz e do *refarming* de 1,8 GHz e 2,1 GHz.

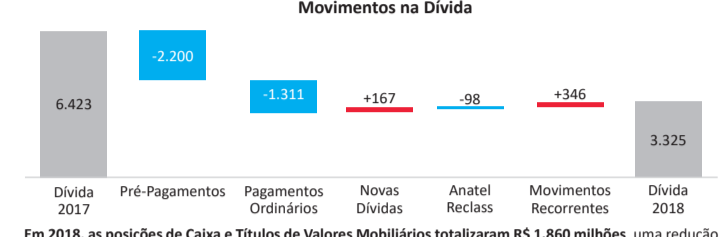
DÍVIDA E CAIXA

A Dívida Bruta em 2018 totalizou em R\$ 3.325 milhões, uma redução de R\$ 3.098 milhões A/A. O saldo atual inclui (i) o reconhecimento de *leasing* no valor total de R\$ 1.732 milhões (relacionado a venda de torres

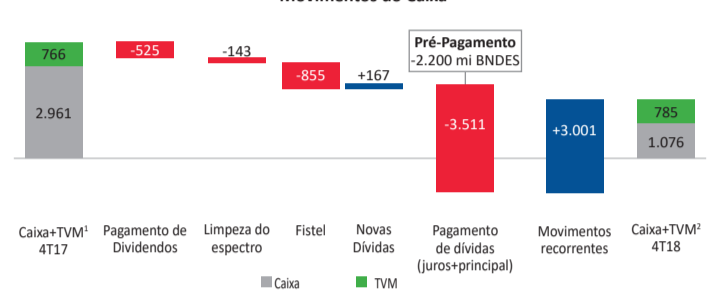
reduzido, projeto LT Amazonas e outros *leasings* financeiros); e (ii) a posição de *hedge* no valor de R\$ 70 milhões (resutando a dívida bruta) que incluí os derivativos de proteção comercial ("*Call Option*" de Dólar). Neste ano, houve a reclassificação do valor remanescente referente à aquisição da licença 700MHz, cujo valor atualizado em 2018 é de R\$ 114 milhões, o qual a Companhia está contestando judicialmente*.

A dívida da TIM está concentrada em contratos de longo prazo (75% do total), composta principalmente por financiamentos com o BNDES. Aproximadamente 16% da dívida total é denominada em moeda estrangeira (USD), sendo totalmente protegida por *hedge* para moeda local.

O custo médio da dívida excluiu o leasing foi de 8,4% a.a. comparado com 10,5% a.a. em 2017. Durante o ano de 2018 foram efetuados importantes pré-pagamentos de dívida ao BNDES que, juntos ao processo normal de amortização e pagamento de juros da dívida, totalizaram um valor de R\$ 3.511 milhões.



Em 2018, as posições de Caixa e Títulos de Valores Mobiliários totalizaram R\$ 1.860 milhões, uma redução de R\$ 1.866 milhões A/A. Os principais movimentos que afetaram o caixa e títulos que impactaram o ano de 2018 são apresentados a seguir:



¹Títulos de Valores Mobiliários: Fundo Cambial
²Títulos de Valores Mobiliários: Fundo Fixo

No acumulado do ano, o **rendimento financeiro médio foi de 6,5% a.a. comparado com 10,2% a.a. no mesmo período do ano anterior, acompanhado de redução da taxa Selic.**

A relação Dívida Líquida/EBITDA foi de 0,22x no ano de 2018, uma redução comparada aos 0,45x de 2017. Em 2018, a Dívida Líquida totalizou R\$ 1.465 milhões, queda de R\$ 1.232 milhões comparada ao mesmo período do ano, quando a dívida líquida foi de R\$ 2.697 milhões.

8. Responsabilidade Social

As Políticas de Responsabilidade Social e Ambiental da Companhia orientam as ações e iniciativas e baseiam-se nos princípios do Pacto Global da ONU, compromisso voluntário do qual a TIM é signatária desde 2008. Os dez princípios do Pacto Global organizados em direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção são utilizados como diretrizes para a condução do negócio da Companhia.

Em novembro de 2018 a TIM foi confirmada pelo 11º ano consecutivo na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, lista que contempla ações das empresas que apresentam alto grau de comprometimento com a sustentabilidade e governança corporativa, mantendo-se como a empresa do setor de telecomunicações por mais anos consecutivos na lista.

A Companhia possui Política de Gestão da Mudança do Clima que estabelece diretrizes de gestão das suas emissões de gases de efeito estufa (GEE) e também publica o inventário de GEE na plataforma do Registro Público de acordo com a metodologia do Protocolo GHG. Em 2018 pelo sexto ano o inventário de GEE foi qualificado com selo ouro.

Instituto TIM

Fundado em julho de 2013, o Instituto TIM (www.institutotim.org.br) tem a missão de desenvolver recursos e estratégias para a democratização da ciência, tecnologia e inovação, por meio de projetos de educação matemática e científica para crianças e jovens e da elaboração de tecnologias livres que contribuem para a implementação de políticas públicas.

As ações do Instituto TIM já alcançaram aproximadamente 500 municípios, em todos os 26 estados e Distrito Federal, beneficiando mais de 700 mil pessoas, entre elas, 500 mil estudantes e 15 mil professores.

Em 2018, 200 estudantes receberam as Bolsas Instituto TIM-OBMEP, oferecidas a medalhistas da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) que ingressaram em universidades públicas e advêm de famílias de baixa renda. O auxílio aos estudantes é fruto da parceria entre o Instituto TIM e o Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA).

O Academic Working Capital – AWC, programa de educação empreendedora que oferece mentoria e apoio financeiro para estudantes universitários que queiram transformar seus Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) em negócios de base tecnológica, teve continuidade em 2018. No final do ano, os estudantes apoiados pelo programa apresentaram seus negócios em uma Feira de Investimentos, com a presença de investidores e especialistas de mercado.

Ainda no campo da educação, a Ativa Busca Escolar (<http://buscaativaescolar.org.br/>), plataforma desenvolvida pelo Instituto TIM em parceria com o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), contribuiu para que mais de 2.000 municípios brasileiros pudessem enfrentar a exclusão escolar em seus territórios, utilizando a tecnologia livre para agilizar a busca e a reinserção de crianças e adolescentes que estão fora da escola. A educação científica compõe uma das linhas de atuação do Instituto TIM. Em 2018, pela primeira vez, o Instituto TIM estabeleceu parceria com o Garatá-ISS, programa de educação científica e aeroespacial para crianças. O objetivo do programa é despertar o interesse dos estudantes e o gosto pela ciência de forma prática e divertida. Ao final do projeto, os melhores experimentos científicos foram selecionados e o projeto vencedor está em fase de preparação para ser lançado à Estação Espacial Internacional (ISS).

Outro projeto inédito apoiado pelo Instituto TIM em 2018 foi o Robolab, que ofereceu formação e aulas de robótica a professores e estudantes de escolas públicas do estado de São Paulo. O Instituto TIM ofereceu a conectividade das escolas para que as oficinas de formação de professores e as aulas de robótica pudessem acontecer.

Energia

Alinhada com os princípios de suas Políticas Ambiental e de Gestão da Mudança do Clima, a TIM considera a eficiência do consumo de energia como um dos seus desafios. O já esperado aumento do consumo de energia, devido à expansão da infraestrutura de rede, é acompanhado por ações de eficiência energética. Os projetos incluem a modernização da iluminação e climatização predial; desligamento, temporário ou permanente, de equipamentos ociosos; Freecooling – sistema de troca de calor de contêineres de equipamentos, por meio da instalação de cooler em sites do tipo shelter (gabinetes) que permite a redução do uso de energia e de gases refrigerantes nos equipamentos de ar-condicionado; Decomissioning – desligamento e remoção de equipamentos do site com objetivo de obter economia de energia e liberar espaço físico para novos projetos.

Consumo energético	2018	2017
Eletricidade (MWh)	1.028.350¹	719.070
Combustíveis (L)	1.120.775²	1.054.548

¹ Dados sujeitos à alteração após verificação externa.

Além do investimento em eficiência energética, a TIM tem buscado fontes alternativas de energia, ciente do potencial que o Brasil oferece em fontes renováveis. Em 2018, a Companhia deu continuidade à autogeração de energia renovável por meio de 5 Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs) arrendadas no final de 2017 que atendem a demanda de energia de mais de mil sites. Além dessa iniciativa, seguimos também com a geração de energia solar, com a instalação de 40 painéis fotovoltaicos em operação em diferentes regiões do Brasil. Em 2018, as fontes de energia renovável totalizaram cerca de 26% do consumo de eletricidade da Companhia. (302-4, GRI Standard)

Ao final de 2018, a TIM alcançou um total de 841 Biosites ativos. Os Biosites são estruturas com significativa redução no impacto visual e que, além da transmissão de telecomunicações, agregam também na iluminação e segurança através de câmeras de vigilância.

Para mais informações, acesse o Relatório de Sustentabilidade da TIM, que traz os principais resultados financeiros, sociais e ambientais, além de temas importantes para o negócio e para a governança da sustentabilidade da Companhia, assim como nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável.

As iniciativas de investimento social incluem doações, projetos do Instituto TIM e patrocínios. Em 2018 foram investidos mais de R\$ 8 milhões em benefício social, conforme detalhado na tabela abaixo:

Investimento Social Privado 2018 (R\$'000)	
Doações	73
Projetos do Instituto TIM	3.703
Educação	2.071
Aplicações	188
Trabalho	600
Inclusão	190
Outros	654
Iniciativas na Comunidade¹	4.760
Patrocínios esportivos	-
Patrocínios culturais	4.760
Outros	-
Total	8.536

¹ Incentivos Fiscais estão incluídos no montante total investido nesta categoria e representam aproximadamente 80% do investimento em Iniciativas na Comunidade.

9. Governança Corporativa

9.1. Única Companhia de Telecom no Novo Mercado

Em 03 de agosto de 2011 a TIM aderiu ao "Novo Mercado", segmento que concentra as empresas comprometidas com as melhores práticas de governança corporativa.

A migração para o Novo Mercado resultou em benefícios para todos os acionistas. As regras exigidas, alinhadas às melhores práticas de governança corporativa de mercados como Estados Unidos e Europa, potencializam uma maior liquidez e valorização das ações, permitindo um acesso mais amplo aos mercados internacionais, além de promover o fortalecimento da imagem institucional e o aumento da confiança na Companhia.

Adicionalmente, a TIM pertence ao seletor grupo de empresas que compõem as carteiras do Índice de Governança Corporativa (IGC), do Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (ITAG) da B3 e também do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), composto por empresas que se comprometeram a gerenciar os riscos derivados de desenvolvimentos econômicos, ambientais e sociais.

9.2. Governança Corporativa na TIM

A TIM Participações é uma sociedade por ações de capital aberto, administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva e supervisionada por um Conselho Fiscal e por um Comitê de Auditoria Estatutário.

Os deveres e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário estão determinados na legislação brasileira, no Estatuto Social da Companhia, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Regimento Interno do Conselho de Administração, no Regimento Interno do Conselho Fiscal e no Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário.

Na condução de membros ativos e responsáveis pela comunidade em que atuam, a Companhia e seus administradores devem pautar suas ações pela legalidade e pela ética, baseado em três princípios fundamentais: transparência, honestidade e lealdade.

Na condução dos seus negócios pautados, além da ética e da lealdade, a Companhia busca: (i) agir com transparência nos negócios; (ii) promover a lealdade na concorrência; (iii) excelência de competitividade no mercado; (iv) atender ao bem-estar e ao crescimento da comunidade em que opera; (v) aprimorar os seus recursos humanos; e (vi) promover o desenvolvimento sustentável.

9.3. Política de Divulgação

A TIM Participações adotou em 2002 uma Política de Divulgação/Negociação e Diferenças de Governança Corporativa da NYSE, à qual a administração da Companhia aderiu mediante assinatura do termo de adesão. Como parte dessa política, estabeleceu-se um código de conduta a ser seguido por todos os funcionários com acesso a informações privilegiadas, além de terem sido impostas restrições às negociações com papéis da Companhia em determinados períodos.

A Política de Divulgação da Companhia prevê a utilização do Portal da Agência Estado, que pode ser acessado pelo link: <http://economia.estadao.com.br/fatos-relevantes/>, na forma da Instrução CVM nº 547/2014, que permitiu a divulgação de fatos relevantes em portais de notícias de acesso gratuito.

9.4. Conselho de Administração

O Conselho de Administração (CDA) é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 19 (dezenove) membros, com mandato de dois anos, permitida a reeleição. Atualmente, o Conselho de Administração é

8 Em decorrência de um valor adicional assumido pela TIM Celular (antiga denominação da TIM S/A, subsidiária integral da TIM Participações), essa deveria ter obtido um desconto no montante final a ser pago pela Autorização de uso da faixa de 700 MHz, entretanto, a metodologia empregada pela ANATEL para cálculo desse valor foi diferente da constante no Edital, razão pela qual a TIM Celular apresentou recurso administrativo que foi julgado e denegado ainda em dezembro de 2014 (assim como os das demais Proponentes Vencedoras). Em 30 de junho de 2015, a TIM Celular distribuiu ação judicial questionando a cobrança do valor nominal excedente de R\$61 milhões (R\$ 114 milhões em 31 de dezembro de 2018) o qual ainda está pendente de julgamento. (Nota 19 DFP - Autorizações a Pagar)

formado por 9 (nove) membros, sendo 3 (três) deles independentes. Em 2018 o CDA se reuniu 14 (quatorze) vezes no exercício de suas funções.

Todas as decisões tomadas pelo Conselho de Administração são registradas em atas, publicadas e consignadas no livro de atas do Conselho de Administração, arquivado na sede na Companhia.

O Conselho se reúne ordinariamente uma vez por trimestre e extraordinariamente mediante convocação feita por seu Presidente, ou por quaisquer dois Conselheiros, ou pelo Diretor Presidente da Companhia. O Presidente do Conselho poderá convidar para participar das reuniões do órgão qualquer membro da Diretoria Executiva, outros executivos da Companhia, assim como terceiros que possam contribuir com opiniões ou recomendações relacionadas às matérias a serem deliberadas. Os convidados a participar das reuniões do Conselho não terão direito de voto.

O Conselho de Administração tem 2 (dois) comitês de assessoramento, o Comitê de Remuneração e o Comitê de Controle e Riscos, podendo haver participação de um ou mais membros em ambos os Comitês, simultaneamente. O Conselho de Administração tem ainda um órgão de assessoramento e instrução vinculado diretamente, o Comitê de Auditoria Estatutário.

9.5. Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é o órgão de representação e de administração executiva da Companhia, sendo composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 12 (doze) diretores, eleitos pelo Conselho de Administração para o mandato de dois anos, admitida a reeleição, podendo ser destituídos pelo mesmo órgão a qualquer tempo. Atualmente, a Diretoria Executiva da Companhia é composta por 6 (seis) membros.

9.6. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal (CF) é o órgão de fiscalização dos atos da administração da Companhia e de informação aos acionistas, devendo funcionar permanentemente. O Conselho Fiscal é composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos, todos profissionais independentes reconhecidos pelo mercado, que não mantenham qualquer outro vínculo com a Companhia, cada com um respectivo suplente, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral. Atualmente o Conselho Fiscal da Companhia é composto por 3 (três) membros. Em 2018 o CF se reuniu 9 (nove) vezes no exercício de suas funções.

9.7. Comitê de Auditoria Estatutário

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) é um órgão colegiado de assessoramento e instrução, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, compostos por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, todos independentes. Atualmente o CAE é composto por 3 (três) membros.

O CAE tem por objetivo supervisionar a qualidade e a integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, regulatórias e estatutárias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores, tanto internos quanto independentes, bem como supervisionar e avaliar a celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e o acionista controlador ou suas sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras deste último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia, do outro lado. Além de suas atribuições ordinárias, o CAE também desempenha a função de *A*

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Ativo		20.275.453	18.346.594	31.957.889	32.600.365
Circulante		457.534	115.768	5.998.126	7.607.388
Caixa e equivalentes de caixa	4	167	28.369	1.075.530	2.960.718
Títulos e valores mobiliários	5	13.378	-	784.841	765.614
Contas a receber de clientes	6	444	329	2.838.808	2.540.856
Estoques	7	-	-	183.059	123.785
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	13	362.436	53.497	-	-
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	8	-	-	280.254	386.001
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	9	45.278	11.677	347.505	323.404
Despesas antecipadas	11	2.460	21.060	272.060	168.366
Instrumentos financeiros derivativos	37	-	-	50.769	53.875
Arrendamento mercantil financeiro	16	-	-	22.491	19.773
Outros valores a compensar	17	-	-	41.612	68.571
Outros ativos		33.371	19.707	101.197	196.789
Não Circulante		19.817.919	18.230.826	25.959.763	24.992.977
Realizável a longo prazo		133.848	116.688	4.074.137	2.841.962
Títulos e valores mobiliários		-	-	5.229	2.997
Contas a receber de clientes		-	-	130.308	26.207
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	8	-	-	912.511	949.586
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	9	-	-	558.016	209.503
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	801.971	-
Depósitos judiciais	12	131.270	112.307	1.345.113	1.366.576
Despesas antecipadas	11	2.578	4.381	74.381	39.466
Instrumentos financeiros derivativos	37	-	-	30.639	29.615
Arrendamento mercantil financeiro	16	-	-	185.558	185.558
Outros ativos		-	-	30.411	35.154
Investimentos	13	19.526.515	17.956.582	-	-
Imobilizado	14	-	-	11.203.622	10.838.488
Intangível	15	157.556	157.556	10.682.004	11.312.527

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		20.275.453	18.346.594	31.957.889	32.600.365
Total do Passivo		480.616	195.410	12.163.052	14.449.181
Circulante		441.024	162.983	7.075.379	7.224.437
Fornecedores	18	11.770	3.352	4.323.374	3.986.557
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	698.728	1.351.860
Arrendamento mercantil financeiro	16	-	-	205.048	176.925
Instrumentos financeiros derivativos	37	-	-	2.373	14.044
Obrigações trabalhistas		2.344	6.449	211.685	262.450
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	21	447	370	451.169	305.266
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	22	47.285	218	332.333	260.786
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	25	370.105	143.591	37.105	143.591
Autorizações a pagar	19	-	-	65.464	233.173
Receitas diferidas	23	-	-	406.867	480.431
Outros passivos		9.073	9.003	8.233	9.354
Não Circulante		39.592	32.427	5.087.673	7.224.744
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	964.289	3.339.084
Instrumentos financeiros derivativos	37	-	-	9.245	18.419
Arrendamento mercantil financeiro	16	-	-	1.735.026	1.710.247
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	21	-	-	2.772	2.527
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	22	-	-	209.880	206.788
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	-	98.919
Provisão para processos judiciais e administrativos	24	9.837	2.672	849.408	528.320
Plano de pensão e outros benefícios pós emprego		-	-	2.850	2.635
Autorizações a pagar	19	-	-	348.336	273.527
Receitas diferidas	23	-	-	906.600	990.932
Outros passivos		29.755	29.755	59.267	53.346
Patrimônio Líquido	25	19.794.837	18.151.184	19.794.837	18.151.184
Capital social		9.866.298	9.866.298	9.866.298	9.866.298
Reservas de capital		412.091	416.161	412.091	416.161
Reservas de lucros		9.524.124	7.884.223	9.524.124	7.884.223
Ajustes de avaliação patrimonial		847	989	847	989
Ações em tesouraria		(8.523)	(16.487)	(8.523)	(16.487)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva para expansão	Reserva de incentivo fiscal				
Saldos em 31 de dezembro de 2016	9.866.298	405.239	657.034	5.103.908	1.158.910	(3.369)	(507)	17.187.513	
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	1.234.507	1.234.507	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(694)	(694)	
Reflexo do valor de benefício pós-emprego lançado diretamente no patrimônio líquido da controlada	-	-	-	-	-	-	2.190	2.190	
Hedge de fluxos de caixa	-	-	-	-	-	-	1.496	1.234.507	
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	1.496	1.234.507	
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	
Opções de compra de ações (nota 25.b)	-	10.923	-	-	-	-	-	10.923	
Compra de ações em tesouraria, líquida de alienações	-	-	-	-	-	(13.118)	-	(13.118)	
Destinação do lucro líquido do exercício:									
Reserva legal (nota 25)	-	-	61.725	-	-	-	-	(61.725)	
Dividendos propostos (nota 25)	-	-	-	-	-	-	-	(103.325)	
Juros sobre capital próprio (nota 25)	-	-	-	-	-	-	-	(189.991)	
Constituição de reserva de benefício fiscal (nota 25)	-	-	-	-	112.493	-	-	(112.493)	
Constituição de reserva para expansão (nota 25)	-	-	-	766.973	-	-	-	(766.973)	
Dividendos não reclamados	-	-	-	23.179	-	-	-	23.179	
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	10.923	61.725	790.152	112.493	(13.118)	-	(1.234.507)	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	9.866.298	416.162	718.759	5.894.060	1.271.403	(3.687)	989	18.151.184	
Saldos em 1º de janeiro de 2018	9.866.298	416.162	718.759	5.894.060	1.271.403	(3.687)	989	18.151.184	
Impacto da adoção inicial de novos pronunciamentos contábeis (nota 2.f)	-	-	-	(62.119)	-	-	-	(62.119)	
Saldos em 1º de janeiro de 2018 ajustado	9.866.298	416.162	718.759	5.831.941	1.271.403	(3.687)	989	18.089.065	
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	2.545.101	2.545.101	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	2.545.101	2.545.101	
Reflexo do valor de benefício pós-emprego lançado diretamente no patrimônio líquido da controlada (nota 13)	-	-	-	-	-	-	(142)	(142)	
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	(142)	2.545.101	
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	
Opções de compra de ações (nota 25.b)	-	(4.071)	-	-	-	-	-	(4.071)	
Compra de ações em tesouraria, líquida de alienações	-	-	-	-	7.964	-	-	7.964	
Destinação do lucro líquido do exercício:									
Reserva legal (nota 25)	-	-	119.933	-	-	-	-	(119.933)	
Juros sobre capital próprio (nota 25)	-	-	-	-	-	-	-	(849.994)	
Constituição de reserva de benefício fiscal (nota 25)	-	-	-	146.455	-	-	-	(146.455)	
Constituição de reserva para expansão (nota 25)	-	-	-	1.428.719	-	-	-	(1.428.719)	
Dividendos não reclamados (nota 25)	-	-	-	6.914	-	-	-	6.914	
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	(4.071)	119.933	1.435.633	146.455	7.964	-	(2.545.101)	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	9.866.298	412.091	838.692	7.267.574	1.417.858	(8.523)	847	19.794.837	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.a. Estrutura societária

A TIM Participações S.A. ("TIM Participações" e/ou "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A. ("TIM Brasil"). A TIM Brasil é uma empresa controlada do grupo Telecom Itália e detinha, em 31 de dezembro de 2018, 66,58% (66,58% em 31 de dezembro de 2017) do capital social da TIM Participações. A Companhia, em conjunto com sua controlada ("Grupo"), tem como principal objetivo exercer o controle de sociedades exploradoras de serviços de telecomunicações, incluindo telefonia móvel pessoal e outros, nas áreas de suas autorizações. Os serviços prestados pela controlada da TIM Participações são regulados pela Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL"). As ações da Companhia são negociadas na B3 (anteriormente BM&F/Bovespa). Adicionalmente, a TIM Participações possui recibos de depósitos americanos (*American Depositary Receipts* – ADRs), nível II, negociados na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) – EUA. Em consequência, a Companhia está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da *Securities and Exchange Commission* ("SEC"). Visando atender às boas práticas de mercado, a TIM Participações adota como princípio a divulgação simultânea de suas informações financeiras nos dois mercados, em reais, em português e em inglês.

Reorganização societária

Em 25 de julho de 2017, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, projeto de reorganização societária de suas controladas TIM Celular S.A e Intelig Telecomunicações Ltda. ("Intelig"), por meio da incorporação da TIM Celular pela Intelig. Em 6 de setembro de 2017, foi averbado o ato societário de transformação da Intelig para sociedade anônima de capital fechado e alteração de sua denominação social para TIM S.A.. Em 30 de setembro de 2018, a administração da Companhia havia obtido todas as aprovações e anuências necessárias junto a terceiros para proceder com a referida incorporação. Consequentemente, a administração da Companhia procedeu a incorporação em 31 de outubro de 2018 mediante acervo líquido contábil da entidade TIM Celular, no montante de R\$17.035.254 conforme laudo de avaliação emitido por peritos independentes. Ainda, como resultado dessa incorporação societária, o montante de R\$592.368 referente ao imposto de renda diferido ativo decorrente do prejuízo fiscal e base negativa da TIM S.A., foram reconhecidos em 30 de setembro de 2018 (nota 10).

As variações do patrimônio da TIM Celular entre a data do laudo e do ato societário de incorporação, foram transferidas, absorvidas e incorporadas ao resultado operacional da TIM S.A., conforme previsto no protocolo de incorporação. Como resultado da incorporação, todas as operações da TIM Celular foram transferidas para a TIM S.A., que a sucedeu em todos os seus bens, direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito.

Controlada direta – TIM S.A.

TIM S.A. (atual denominação de INTELIG TELECOMUNICAÇÕES LTDA. e sucessora por incorporação de TIM CELULAR S.A.).

A Companhia detém a totalidade das ações de capital da TIM S.A., sendo que esta controlada presta Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC") nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, assim como o Serviço Móvel Pessoal ("SMP") e o Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM"), em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo manifestação em contrário.

a. Critérios gerais de elaboração e divulgação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) mensurados ao valor justo.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem das IFRS aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, uma vez que essa norma passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. A única exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que estão classificados integralmente no longo prazo.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R\$), que também é a moeda funcional de todas as empresas consolidadas nestas demonstrações financeiras.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para o Real pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

c. Informações por segmentos

Segmentos operacionais são componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócio das quais pode obter-se receitas e incorrer em despesas. Seus resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade, que toma as decisões sobre alocação de recursos e avalia o desempenho do segmento. Para a existência do segmento, é necessário haver informação financeira individualizada do mesmo. O principal tomador de decisões operacionais na Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação periódica de desempenho, é a Diretoria-Executiva, que, juntamente com o Conselho de Administração, são responsáveis pela tomada das decisões estratégicas do Grupo e por sua gestão.

A estratégia do Grupo é focada na otimização dos resultados consolidados da TIM Participações. Essa estratégia contempla a otimização das operações de cada empresa do Grupo, assim como o aproveitamento das sinergias entre todas estas entidades. Apesar de haver atividades diversas, os tomadores de decisão entendem que o Grupo representa apenas um segmento de negócio e não contemplam estratégias específicas voltadas apenas para uma linha de serviço. Todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas. O objetivo é sempre maximizar o resultado consor-

lido obtido pela exploração das licenças de SMP, STFC e SCM.

d. Procedimentos de consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

E utilizado o método de contabilização de compra (*purchase accounting*) para registrar a aquisição de controladas pelo Grupo. O custo de aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais (ex. ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos pelo adquirente na data da troca de controle. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação minoritária. O excedente do custo de aquisição, que ultrapassa o valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registrado como ágio. Se o custo da aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado, como receita após proceder-se a uma revisão dos conceitos e cálculos aplicados. As operações entre as empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, são eliminados. As políticas contábeis da controlada foi ajustada para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela TIM Participações. A data-base das informações financeiras utilizadas para consolidação é a mesma em todas as empresas do Grupo.

e. Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 19 de fevereiro de 2019.

f. Novas normas, alterações e interpretações de normas

I – De acordo com as novas normas e/ou interpretações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as seguintes normas e/ou interpretações apresentaram impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia:

IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos financeiros (financial instruments)

A CVM deliberou pela aprovação do pronunciamento técnico contábil CPC 48, equivalente ao IFRS 9, em 22 de dezembro de 2016. A Companhia decidiu pela adoção dessa norma de forma retrospectiva, com efeito cumulativo da aplicação inicial reconhecido na data da aplicação inicial, ou seja, 1º de janeiro de 2018, reconhecendo o efeito cumulativo na data de aplicação inicial na norma como ajuste ao saldo de abertura em reserva de lucros no patrimônio líquido.

Essa nova norma é aplicável para os ativos e passivos financeiros e abrange questões de classificação, mensuração, redução ao valor recuperável (*impairment*), desreconhecimento de ativos e passivos financeiros, bem como trata sobre critérios de qualificação e contabilização de hedge.

Em relação a classificação, a norma requer que as entidades classifiquem seus ativos financeiros como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado, com base na avaliação das seguintes premissas:

(i) Modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; e

(ii) Nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Em relação a classificação dos passivos financeiros, a norma mantém substancialmente as exigências estabelecidas pelo IAS 39/CPC 39, sendo que as entidades devem classificar a maioria dos passivos financeiros como mensurados subsequentemente ao custo amortizado, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos, contratos de garantia financeira, compromissos de conceder empréstimos com taxa de juros abaixo do mercado, dentre outros. Não houve impacto relevante em relação a classificação dos ativos e passivos financeiros da Companhia em decorrência da adoção da nova norma. As informações completas por natureza dos ativos e passivos financeiros da Companhia, conforme determinado por essa norma, estão divulgadas na Nota 3.

Quanto a redução ao valor recuperável, a nova norma traz o conceito do reconhecimento da provisão para perda de crédito esperada, no qual as entidades devem reconhecer uma provisão para perdas esperadas em ativo financeiro mensurado ao custo amortizado. O impacto da adoção do novo modelo de cálculo para redução ao valor recuperável dos ativos financeiros resultou em um acréscimo de aproximadamente R\$130 milhões nas provisões para créditos de liquidação duvidosa em 1º de janeiro de 2018, registrados em contrapartida a conta de "reserva de lucros", conforme apresentado na tabela abaixo.

IFRS 15 / CPC 47 – Receita de contrato com cliente (Revenue From Contracts with Customers)

A CVM deliberou pela aprovação do pronunciamento técnico contábil CPC 47, equivalente ao IFRS 15, em 22 de dezembro de 2016. A Companhia adotou o IFRS 15 (CPC47) de forma retrospectiva, com efeito cumulativo da aplicação inicial recon



Como resultado do descrito acima, a Companhia reconheceu em 1º de janeiro de 2018 um aumento na rubrica "reserva de lucros" no montante de R\$36 milhões, antes dos tributos diferidos. A tabela abaixo apresenta os principais efeitos da adoção da norma IFRS15/CPAC47, incluindo também efeitos da adoção do IFRS9/CPAC48, nos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2018.

	Consolidado		Saldos com IFRS 15 e 9 - 1º de janeiro de 2018
	Originalmente reportado 1º de janeiro de 2018	Ajustes	
Ativo	32.600.365	(58.100)	32.542.265
Circulante	7.607.388	38.474	7.645.862
Contas a receber de clientes (e)	2.540.856	(130.137)	2.410.719
Ativo contratual (b)	-	5.397	5.397
Estoques	123.785	-	123.785
Despesas antecipadas (a, c)	168.366	163.214	331.580
Outros ativos	4.774.381	-	4.774.381
Não Circulante	24.992.977	(96.574)	24.896.403
Realizável a longo prazo	2.841.962	32.186	2.874.148
Contas a receber de clientes	26.207	-	26.207
Despesas antecipadas (a, c)	39.466	32.186	71.652
Outros ativos	2.776.289	-	2.776.289
Imobilizado	10.838.488	-	10.838.488
Intangível (c)	11.312.527	(128.760)	11.183.767
Passivo e do Patrimônio Líquido	32.600.365	(58.100)	32.542.265
Total do Passivo Circulante	14.449.181	4.020	14.453.201
Passivo contratual e receitas diferidas (d)	7.224.437	30.295	7.254.732
Outros passivos	480.431	30.295	510.726
Não Circulante	6.744.006	-	6.744.006
Passivo contratual e receitas diferidas (d)	7.224.744	(26.275)	7.198.469
Imposto de renda e contribuição social diferidos (f)	990.932	5.408	996.340
Outros passivos	198.919	(31.683)	167.236
Patrimônio Líquido	18.151.184	(62.119)	18.089.065
Capital social	9.866.298	-	9.866.298
Reservas de lucros	6.612.819	(62.119)	6.550.700
Outros	1.672.067	-	1.672.067

Durante o exercício de 2018, a aplicação das novas normas contábeis gerou os seguintes impactos no resultado:

	Consolidado		Saldos com IFRS 15 e IFRS 9
	Saldos sem IFRS 15 e IFRS 9	Ajustes	
Receita líquida de serviços (b, d)	16.205.208	1.030	16.206.238
Receita líquida de produtos (b, d)	844.968	(69.877)	775.091
Receita líquida	17.050.176	(68.847)	16.981.329
Custos dos produtos/serviços prestados e mercadorias vendidas	(4.581.463)	-	(4.581.463)
	12.468.713	(68.847)	12.399.866
	(5.905.173)	(122.849)	(6.028.022)
Recargas (despesas) operacionais			
Comercialização (a, e)	(4.685.128)	(122.849)	(4.807.977)
Gerais e administrativas	(936.756)	-	(936.756)
Outras receitas (despesas), líquidas	(283.289)	-	(283.289)
	6.665.540	(191.696)	6.371.844
Depreciação e amortização (c)	(4.124.567)	170.246	(3.954.321)
Recargas (despesas) financeiras	(537.333)	-	(537.333)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.901.640	(21.450)	1.880.190
Imposto de renda e contribuição social (f)	657.617	7.294	664.911
Lucro líquido do período	2.559.257	(14.156)	2.545.101

- Os principais ajustes decorrentes na nova norma incluem:
- a- Valores de custos na obtenção de contratos com clientes que serão diferidos pelo período do contrato (período de fidelização de 12 a 24 meses), líquido de qualquer ajuste por impairment.
 - b- O ativo contratual que é reconhecido quando a Companhia tiver concluído a obrigação de desempenho por meio da venda de equipamentos/aparelhos ou pela prestação de serviços ao cliente antes que o cliente pague a contraprestação, ou antes que o pagamento seja devido.
 - c- Reclassificação para a rubrica despesas antecipadas de custos na obtenção de contratos que anteriormente eram capitalizados como intangível.
 - d- Passivo contratual que é reconhecido quando o cliente tiver pago a contraprestação ou a Companhia tiver direito ao valor da contraprestação que seja incondicional, antes que a Companhia tenha concluído com a obrigação de desempenho, pela prestação de serviços ao cliente.
 - e- Aumento da provisão para perdas por crédito de liquidação duvidosa decorrente da aplicação da nova regra prevista pelo IFRS 9/CPAC 48, no qual a Companhia deve reconhecer uma provisão para perdas de crédito esperadas.
 - f- Reflexo tributário sobre os ajustes iniciais das novas normas contábeis.

Contratos com clientes
Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de ativos e passivos contratuais é como segue:

	2018
Ativo contratual	130
Passivo contratual	(20.928)

Os contratos com clientes foram gerados na alocação dos descontos em ofertas combinadas fidelizadas, onde o desconto pode ser no equipamento e/ou no serviço, gerando um ativo ou passivo contratual, respectivamente, de acordo com a oferta sob análise.

Resumo das principais variações no período.

	Ativo (passivo) contratual
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(12.305)
Adições	(23.545)
Baixas	15.052
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(20.798)

Os saldos de ativos e passivos contratuais tem previsão de realização conforme tabela abaixo:

	2019	2020
Ativo (passivo) contratual	(17.130)	(3.668)

A Companhia em linha com parágrafo 121 da IFRS15, não está apresentando os efeitos das informações sobre contratos de clientes com prazos de duração inferiores a 1 ano.

II- As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), mas não estão em vigor para o período final em 31 de dezembro de 2018. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pela CVM, baseada em pronunciamento do CPC.

- Melhorias anuais nas IFRS – Ciclo 2015 a 2017.
- IFRS 16/ CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil.
- IFRIC 23 – Incertezas sobre tratamento de imposto de renda.
- Alterações IFRS 9 – Recursos de pré-pagamento com compensação negativa.
- Alterações no IAS 28 – Participações de longo prazo em coligadas e joint venture.
- Alterações na IFRS 10 e IAS 28 – Venda ou constituição de ativos entre um investidor e sua Coligada ou Joint venture.
- IFRS 17 – Contrato de seguro.

Com relação as normas acima, vale destacar:

IFRIC 23 / CPC 22 – Incertezas sobre o tratamento dos impostos sobre a renda

A interpretação explica como considerar a incerteza na contabilização do imposto de renda.

A IAS 12 / CPC32 – Imposto de Renda, especifica como contabilizar os impostos de renda correntes e diferidos, mas não como refletir os efeitos da incerteza. Por exemplo, pode não estar claro:

- Como aplicar a legislação tributária a transações ou circunstâncias específicas;
- Ou se as autoridades tributárias aceitarão determinado tratamento tributário adotado pela entidade. Se a entidade concluir que não é provável que um tratamento tributário específico seja aceito, a entidade deve usar estimativas (valor mais provável ou valor esperado) para determinar o tratamento tributário (lucro tributável), bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não usados) taxas de imposto e assim por diante. A decisão deve basear-se em qual método fornece melhores resultados da resolução da incerteza.

A administração da Companhia entende que a aplicação dessa interpretação não terá impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que os principais processos jurídicos de imposto de renda e de contribuição social, conforme divulgados na Nota 24, são considerados pela administração da Companhia, com suporte dos seus consultores jurídicos, como mais "provável que não" de sustentação nas esferas jurídicas.

IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil (Leases)

Em julho de 2014, o IASB emitiu o IFRS 16, que substitui o IAS 17, sendo essa norma aplicável para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, e deliberado pela CVM em 21 de dezembro de 2017.

A nova norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, exigindo que os arrendatários reconheçam os ativos e passivos decorrentes dos contratos de arrendamento, exceto contratos de curto prazo, ou seja de 12 meses ou menos, ou contratos em que o ativo subjacente seja de baixo valor. Ainda, a nova norma prevê que o arrendatário deve aplicar este pronunciamento a seus arrendamentos de duas formas:

- (i) Retrospectivamente, a cada período anterior, apresentado de acordo com o IAS 8/CPAC 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro); ou
- (ii) Retrospectivamente, com efeito cumulativo da aplicação inicial deste pronunciamento, reconhecido na data da aplicação inicial.

A Companhia decidiu adotar o IFRS16 (CPC 06 (R2)) de forma retrospectiva, com efeito cumulativo da aplicação inicial reconhecido na data da aplicação inicial, ou seja, 1º de janeiro de 2019. Adicionalmente, a Companhia decidiu aplicar determinados expedientes práticos permitidos na adoção inicial da norma, tais como, (i) não reavaliação de contratos de arrendamento mercantil financeiro anteriormente reconhecidos de acordo com o CPC 06 (IAS 17) e a ICP3-03 (IFRIC 4); (ii) exclusão de contratos de arrendamentos com vencimento nos próximos doze meses, sem provável intenção de renovação pela Companhia; e (iii) não aplicação dessa nova norma a contratos que não foram anteriormente identificados como sendo arrendamento, utilizando o CPC 06 (IAS 17) e a ICP3-03 (IFRIC 4).

A Companhia possui quantidade significativa de contratos de arrendamento no qual atua como arrendatária, sendo que atualmente parte desses contratos são reconhecidos como arrendamentos operacionais, sendo os pagamentos contabilizados de forma linear ao longo do prazo do contrato. A Companhia conclui o estudo dos impactos dessa nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia, que inclui: (i) uma estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo; (ii) revisão detalhada da natureza dos diversos contratos de arrendamento inerentes a indústria de telecomunicações; (iii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa de desconto, que foi baseada na taxa incremental de juros para o período do contrato; dentre outros. Ainda, pela relevância dos contratos de arrendamento de infraestrutura, especificamente, Torres de Transmissão, a Companhia decidiu reconhecer separadamente os componentes de arrendamento e não arrendamento para essa classe de ativo.

A adoção inicial acarretará em um aumento aproximado de R\$5.100 milhões no total de ativos e passivos, em decorrência do reconhecimento do direito de uso sobre o total arrendado e do passivo de arrendamento mercantil respectivamente.

O aumento do passivo de arrendamento devido ao reconhecimento do direito de uso dos ativos resulta em um aumento na dívida líquida da Companhia, sendo a depreciação e os juros reconhecidos na demonstração do resultado como uma substituição das despesas de arrendamento operacional ("aluguel"), no valor aproximado de R\$1.200 milhões, também resultando em impacto positivo no EBITDA - Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização ("não auditado"). Portanto, resultando em um impacto relevante em determinados indicadores financeiros da Companhia, bem como um aumento correspondente no caixa líquido gerado pelas atividades operacionais reportadas nos fluxos de caixa.

Em relação aos aspectos qualitativos, as principais transações que deverão ser impactadas por essa nova norma incluem: aluguel de veículos, aluguel de lojas e quiosques em shopping centers, aluguel de site, terrenos e compartilhamento de infraestrutura.

Com base nos estudos realizadas até o momento, a Companhia não espera que a adoção das demais normas acima, alterações e interpretações traga algum impacto significativo para as demonstrações financeiras do Grupo em 2019.

3. Estimativas e julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Companhia

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados. Os mesmos baseiam-se na experiência histórica da Companhia e em outros fatores, tais como as expectativas de eventos futuros, considerando as circunstâncias presentes na data-base das demonstrações financeiras.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios financeiros, estão contempladas a seguir.

(a) Perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e/ou o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do plano de negócios da Companhia. Por se tratar de uma *business* contínua, a partir do quinto ano de projeção foi estimada uma perpetuidade de crescimento nominal dos fluxos de caixa.

Eventuais atividades de reorganização com as quais a Companhia não esteja comprometida na data-base de apresentação das demonstrações financeiras ou investimentos futuros significativos que possa melhorar a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste são excluídos para fins de teste de *impairment*.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento de receitas e despesas utilizada para fins de extrapolação. Condições econômicas adversas podem fazer com que estas premissas sofram alterações significativas.

Em 31 de dezembro de 2018, com base nas análises de sensibilidade das principais premissas utilizadas, não foram identificadas variações que razoavelmente pudessem ocorrer de modo a gerar uma possível provisão por

impairment.

Os principais ativos não financeiros para os quais foi feita esta avaliação são os ágios fundamentados em rentabilidade futura registrados pela Companhia (nota 15).

(b) *Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)*

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro (nota 10).

(c) *Provisão para processos judiciais e administrativos*

Os processos judiciais e administrativos são analisados pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais, sua relevância no ordenamento jurídico e histórico de pagamentos. Essas avaliações envolvem julgamento da Administração (nota 24).

(d) *Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros*

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado (nota 37).

(e) *Receitas de tráfego não faturadas – "unbilled revenues"*

Como algumas datas de fato para faturamento ocorrem em datas intermediárias dentro dos meses do ano, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Essas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros (nota 27).

4. Caixa e equivalentes de caixa

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e bancos	167	267	93.960	40.283

Aplicações financeiras de livre disponibilidade: CDB/Compromissadas

	2018	2017	2018	2017
-	-	28.102	981.570	2.920.435
-	167	28.369	1.075.530	2.960.718

Os Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas são títulos nominativos emitidos por bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. Tais títulos podem ser negociados durante o prazo contratado, a qualquer momento, sem perda significativa em seu valor e são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo pela Companhia.

A remuneração média anual das aplicações da Companhia referente aos CDBs e Operações Compromissadas é de 100,27% (100,92% em 31 de dezembro de 2017) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. Títulos e Valores mobiliários

	Consolidado	
	2018	2017
FUNCIINE (3)	5.229	2.997
Fundo Soberano (4)	14.472	-

FIC: (1)

Títulos Públicos

Operações compromissadas (2)

Letra Financeira

Outros

Parcela circulante

Parcela não circulante

(*) Em agosto de 2017, a Companhia investiu em FICs abertos (Fundo de Investimento em Cotas). Os Fundos são compostos em sua maioria por títulos públicos e papéis de instituições financeiras de primeira linha. A remuneração média em 2018 dos FICs foi de 100,81% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

(*) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do próprio banco em um dia e com taxas predefinidas. Essas operações compromissadas são lastreadas por títulos públicos federais e são utilizadas pelo fundo com o objetivo de remunerar o capital disponível em caixa.

(*) Em dezembro de 2017, a Companhia, com o objetivo de utilizar benefício fiscal de dedutibilidade para fins de imposto de renda e contribuição social, investiu no Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (FUNCIINE) no valor de R\$3 milhões. Em 2018, a Companhia optou por realizar novos investimentos nos meses de outubro e dezembro no FUNCIINE, totalizando R\$2,4 milhões.

(*) O Fundo Soberano é composto apenas de títulos públicos federais.

6. Conta a receber de clientes

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e se referem as contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações, de uso de rede (interconexão) e de venda de aparelhos e acessórios. As contas a receber são registradas dos preços praticados na data da transação. Os saldos de contas a receber incluem, também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços ("unbilled"). As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perdas de créditos esperada ("impairment").

A provisão para perdas de créditos esperada foi reconhecida com redução das contas a receber, com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vendidas, conjuntura econômica, riscos envolvidos em cada caso e pela curva de arrecadação, em montante considerado suficiente, ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis. O valor justo das contas a receber de clientes é igual ao valor contábil registrado em 31 de dezembro de 2018 e 2017. Parte das contas a receber de clientes gerando o montante total das dívidas junto ao BNDÉS (Nota 20).

	Consolidado	
	2018	2017
Saldo inicial	2.969.116	2.567.063
Constituição de provisão	3.656.044	3.031.808
Impacto pela adoção do IFRS 9 / CPC 48 (nota 2.f)	1.733.229	1.390.616
Baixas de provisão	774.484	610.570
Saldo final	455.228	367.894

A idade das contas a receber apresenta-se como segue:

	Consolidado	
	2018	2017
Vencidos até 30 dias	2.459.315	2.028.983
Vencidos até 60 dias	144.309	113.584
Vencidos até 90 dias	117.759	109.568
Vencidos a mais de 90 dias	625.917	508.113

Política contábil anterior para impairment das contas a receber de clientes

No exercício anterior, o *impairment* das contas a receber foi avaliado com base no modelo de perdas incorridas. As contas a receber individuais incorridas foram baixadas por meio da redução direta do valor contábil. As demais contas a receber foram avaliadas de forma coletiva a fim de determinar se havia evidências objetivas de deterioração (*impairment*) incorrida, mas que não fora identificada ainda. Para essas recebíveis, as perdas por *impairment* estimadas foram reconhecidas em uma provisão para *impairment* separada. O Grupo considerou que haveria evidência de *impairment* se algum dos indicadores a seguir fosse identificado:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Probabilidade do devedor declarar falência ou passar por uma reorganização financeira; e
- Inadimplência ou atraso em pagamentos (superior a 90 dias de atraso).

Os recebíveis para os quais uma provisão para *impairment* foi reconhecida foram baixados em relação à provisão nos casos em que não havia mais expectativa de recuperação adicional de caixa.

7. Estoques

Estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma perda é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável (valor de venda), quando este valor for menor que o custo médio de aquisição.

	Consolidado	
	2018	2017
Saldo inicial	464.745	370.452
Constituição de provisão	544.881	316.387
Impacto pela adoção do IFRS 9 / CPC 48 (nota 2.f)	130.137	-
Baixas de provisão	(452.835)	(222.094)
Saldo final	686.928	464.745

A idade das contas a receber apresenta-se como segue:

	Consolidado	
	2018	2017
Saldo inicial	464.745	370.452
Constituição de provisão	544.881	316.387
Impacto pela adoção do IFRS 9 / CPC 48 (nota 2.f)	130.137	-
Baixas de provisão	(452.835)	(222.094)
Saldo final	686.928	464.745

(b) **Mutação do investimento em empresas controladas:**

	TIM Celular	TIM S.A.	Total
Saldo do investimento em 31 dezembro 2016	15.892.119	1.099.067	16.991.186
Resultado de equivalência patrimonial	1.147.943	131.998	1.279.941
Dividendos propostos	(53.497)	-	(53.497)
Juros sobre capital próprio	(224.725)	-	(224.725)
Opções de compra de ações	7.277	(98)	7.179
Hedge de Fluxo de Caixa	1.231	959	2.190
Complemento de aposentadoria	(692)	-	(692)
Dividendos complementares pagos	(45.000)	-	(45.000)
Saldo do investimento em 31 dezembro 2017	16.724.656	1.231.926	17.956.582
Resultado de equivalência patrimonial	-	2.672.647	2.672.647
Efeito incorporação da TIM Celular	(16.724.656)	16.724.656	-
Opções de compra de ações	-	3.170	3.170
Hedge de Fluxo de Caixa	-	-	-
Complemento de aposentadoria	-	(142)	(142)
Juros sobre capital próprio	-	(953.795)	(953.795)
Dividendos complementares	-	(89.828)	(89.828)
Impacto da adoção inicial das novas normas contábeis (nota 2.f)	-	(62.119)	(62.119)
Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2018	-	19.526.515	19.526.515

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia (controladora) possui saldo a receber de juros sobre capital próprio e dividendos mínimos obrigatórios, pelo montante de R\$362.436 (2017 – R\$53.497), sendo prevista a liquidação no início do próximo exercício.

► **14. Imobilizado**

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para *impairment* (esta última, se aplicável). A depreciação é calculada pelo método linear, por prazos que levam em consideração a expectativa de vida útil dos bens e seu valor residual. Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em níveis alugados são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado de utilização. A Companhia reconhece no imobilizado, em contrapartida ao passivo “provisão para futura desmobilização de ativos”, o valor presente destes custos. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre os valores destas alienações e o valor contábil no momento da transação e são reconhecidos em “outras despesas (receitas) operacionais, líquidas”, na demonstração do resultado.

(a) **Movimentação do imobilizado**

	Consolidado				
	Saldo em 2017	Adições/ Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo em 2018
Total do Custo do Imobilizado Bruto	31.166.305	2.746.032	(80.141)	-	33.832.203
Equipamentos de comutação / transmissão	18.766.840	8.974	(48.203)	2.078.638	20.806.249
Cabos de fibra ótica	683.971	20	-	78.184	762.175
Aparelhos em comodato	2.181.630	-	(15.675)	147.990	2.313.945
Infraestrutura	5.652.840	678	(4.562)	484.854	6.133.810
Bens de informática	1.615.325	9	(9.511)	73.505	1.679.328
Bens de uso geral	739.439	286	(2.018)	59.132	796.839
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.486.066	2.736.072	(172)	(2.922.303)	1.299.663
Total Depreciação Acumulada	(20.328.417)	(2.371.362)	70.598	-	(22.629.181)
Equipamentos de comutação / transmissão	(13.373.003)	(1.610.326)	47.260	-	(14.936.069)
Cabos de fibra ótica	(290.699)	(54.833)	-	-	(345.532)
Aparelhos em comodato	(2.015.018)	(124.709)	8.500	-	(2.132.227)
Infraestrutura	(2.697.878)	(463.856)	3.844	-	(3.157.890)
Bens de informática	(1.448.694)	(72.885)	9.465	-	(1.512.114)
Bens de uso geral	(502.125)	(44.753)	1.529	-	(545.349)
Total Imobilizado Líquido	10.838.488	374.677	(9.543)	-	11.203.622
Equipamentos de comutação / transmissão	5.393.837	(1.601.352)	(943)	2.078.638	5.870.180
Cabos de fibra ótica	393.272	(54.813)	-	78.184	416.643
Aparelhos em comodato	165.612	(124.709)	(7.175)	147.990	181.718
Infraestrutura	2.954.962	(463.178)	(718)	484.854	2.975.920
Bens de informática	166.631	(72.876)	(46)	73.505	167.214
Bens de uso geral	237.314	(44.467)	(489)	59.132	251.490
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.486.066	2.736.072	(172)	(2.922.303)	1.299.663

(a) **Movimentação do intangível**

	Consolidado				
	Saldo em 2017	Adições / Amortização	Transferências	Baixas	Saldo em 2018
Total Custo do Intangível Bruto	28.549.552	1.139.993	(479.811)	(1.270)	29.366.779
Direito de uso de softwares	15.957.808	-	1.186.103	(1.270)	17.142.641
Autorizações	6.391.394	94.148	1.153.428	-	7.638.970
Ágio	1.527.219	-	-	-	1.527.219
Custos com comissões a representantes comerciais diferidas	384.455	-	(384.455)	-	-
Lista de clientes	95.200	-	(95.200)	-	-
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	198.202	-	-	-	198.202
Outros ativos	270.687	-	-	-	270.687
Ativos intangíveis em desenvolvimento	3.724.587	1.045.845	(2.376.654)	-	2.393.778
Total Amortização Acumulada	(17.237.025)	(1.799.914)	350.894	1.270	(18.684.775)
Direito de uso de softwares	(12.265.391)	(1.416.965)	-	1.270	(13.681.086)
Autorizações	(4.497.758)	-	(347.884)	-	(4.845.642)
Custos com comissões a representantes comerciais diferidas	(255.694)	-	255.694	-	-
Lista de clientes	(95.200)	-	95.200	-	-
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(42.531)	(9.910)	-	-	(52.441)
Outros ativos	(80.451)	(25.155)	-	-	(105.606)
Total Intangível Líquido	11.312.527	(659.921)	(128.917)	-	10.683.700
Direito de uso de softwares (c)	3.692.417	(1.416.965)	1.186.103	-	3.461.555
Autorizações	1.893.636	(253.736)	1.153.428	-	2.793.328
Ágio (d)	1.527.219	-	-	-	1.527.219
Custos com comissões a representantes comerciais diferidas (nota 2.f)	128.761	-	(128.761)	-	-
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (f)	155.671	(9.910)	-	-	145.761
Outros ativos	190.236	(25.155)	36.967	-	202.048
Ativos intangíveis em desenvolvimento (g)	3.724.587	1.045.845	(2.376.654)	-	2.393.778
Total Intangível Líquido	10.632.575	99.393	323.625	(7.358)	11.312.527
Direito de uso de softwares (c)	3.731.736	(1.377.294)	1.345.333	(7.358)	3.692.417
Autorizações	1.163.192	(211.882)	942.326	-	1.893.636
Ágio (d)	1.527.219	-	-	-	1.527.219
Custos com comissões a representantes comerciais diferidas (h)	101.981	26.780	-	-	128.761
Lista de clientes (e)	8.400	(8.400)	-	-	-
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (f)	165.581	(9.910)	-	-	155.671
Outros ativos	139.884	(4.712)	55.064	-	190.236
Ativos intangíveis em desenvolvimento (g)	3.794.582	1.684.811	(2.019.098)	-	3.459.295

As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com aquisição de autorizações 4G e/ou outros ativos intangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entram em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens. inclusive, esses ativos intangíveis em desenvolvimento foram avaliados para fins de *impairment* em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não sendo necessário nenhum ajuste.

(b) **Taxas de amortização**

	Taxa anual %
Direito de uso de softwares	20
Autorizações	5 a 50
Custos com comissões a representantes comerciais diferidas	50
Lista de clientes	18
Direito de uso de infraestrutura	5
Outros ativos	7 a 10

(c) **Direito de uso de software**

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de capitalização são atendidos.

Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como parte do produto *software* estão relacionados a custos com empregados diretamente alocados em seu desenvolvimento.

(d) **Ágios registrados em anos anteriores**

A Companhia e sua controlada possui os seguintes ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

Ágio aquisição TIM S.A. – O ágio decorrente da aquisição da TIM S.A. (anteriormente “Intelig”) em dezembro de 2009 no montante de R\$210.015 é representado/fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura da controlada. Sua recuperabilidade é analisada anualmente, através do teste de *impairment*.

Ágio aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ – A controlada adquiriu, ao final de 2011, as empresas Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber SP Ltda. – “TIM Fiber SP”) e AES Communications Rio de Janeiro S.A. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber RJ S.A. – “TIM Fiber RJ”). Estas empresas eram prestadoras do SCM nos principais municípios da Grande São Paulo e do Grande Rio de Janeiro, respectivamente.

TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. foram incorporadas à controlada S.A. em 29 de agosto de 2012.

A controlada registrou ágio, de forma definitiva, advindo da compra das empresas TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ, no valor total de R\$1.159.648.

Ágio aquisição de participações minoritárias da TIM Sul e TIM Nordeste – A Companhia adquiriu em 2005 a totalidade das ações junto aos acionistas minoritários da TIM Sul e da TIM Nordeste com ações emitidas pela TIM Participações, convertendo as referidas empresas em controladas integrais. O ágio decorrente desta operação foi de R\$157.556.

Conforme exigido pela norma contábil, a Companhia realiza anualmente teste de *impairment* para os ágios relacionados às combinações de negócios envolvendo as empresas do Grupo TIM, sendo que a metodologia e premissas utilizadas pela Administração para teste de *impairment* dos ágios acima mencionados está resumida a seguir:

A Administração da Companhia entende que a menor unidade geradora de caixa para teste de *impairment* dos ágios na aquisição das empresas anteriormente descritas abrange o negócio a nível consolidado, e portanto, a avaliação está no nível da TIM Participações. Essa metodologia está alinhada com o direcionamento estratégico da Companhia e sua controlada.

Consequentemente, o teste de *impairment* utiliza-se ágios unitário esta UGC (TIM Participações) e a metodologia do valor em uso, estando as principais premissas utilizadas nos teste de *impairment*, resumidas a seguir:

- Diminuição da base de clientes do pré-pago progressivamente e de acordo com a tendência histórica e do plano industrial/budget, sendo combatido por uma maior agressividade no pós-pago, alinhados com o plano de negócios da Companhia, preparado para 3 anos e extrapolado por mais 2 anos, momento no qual ocorre a estabilização do fluxo de caixa e pode se projetar o crescimento por perpetuidade;
- Projeção dos custos de operação e manutenção considerando alteração da base de clientes, eventuais ganhos de escala e efeitos de inflação. A taxa de inflação esperada pela Companhia é de 3,97% a.a. em média e encontra-se alinhada com as projeções preparadas por instituições representativas do mercado;
- Por tratar-se de um *business* sem expectativa de término, a partir do quinto ano de projeção foi estimada uma perpetuidade de crescimento nominal dos fluxos de caixa de 2,5% a.a.;
- A taxa de desconto para os fluxos de caixa projetados foi de 10,70% a.a. A taxa de desconto equivalente para o mesmo valor em uso sem o efeito de fluxo de pagamento de impostos sobre a renda, é de 14,77%.

O resultado do teste de *impairment* realizado em 31 de dezembro de 2018 não indicou nenhuma necessidade de provisão para perdas.

(e) **Lista de clientes**

Como parte do processo de alocação do preço de aquisição relacionado às aquisições de TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A., foram identificados direitos contratuais para prestação de serviços futuros pelas empresas adquiridas. Tais direitos contratuais foram mensurados ao seu valor justo na data de aquisição das empresas e são amortizados de acordo com sua vida útil, estimada na mesma data.

	Consolidado				
	Saldo em 2016	Adições/ Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo em 2017
Total do Custo do Imobilizado Bruto	29.259.831	2.308.979	(78.280)	(323.625)	31.166.905
Equipamentos de comutação / transmissão	17.232.254	28.694	(57.683)	1.563.575	18.766.840
Cabos de fibra ótica	600.504	3	-	83.464	683.971
Aparelhos em comodato	2.071.334	-	(10.502)	120.798	2.181.630
Infraestrutura	5.269.043	238	(15.195)	398.754	5.652.840
Bens de informática	1.550.614	113	(1)	64.599	1.615.325
Bens de uso geral	675.682	18	(258)	63.997	739.439
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.819.606	2.279.913	5.359	(2.618.812)	1.486.066
Total Depreciação Acumulada	(18.175.301)	(2.180.221)	27.104	1	(20.328.417)
Equipamentos de comutação / transmissão	(11.969.208)	(1.417.827)	14.054	(22)	(13.373.003)
Cabos de fibra ótica	(242.709)	(47.990)	-	-	(290.699)
Aparelhos em comodato	(1.905.228)	(114.370)	3.580	-	(2.016.018)
Infraestrutura	(2.224.932)	(482.463)	9.211	306	(2.697.878)
Bens de informática	(1.372.663)	(76.080)	1	48	(1.448.694)
Bens de uso geral	(460.561)	(41.491)	258	(331)	(502.125)
Total Imobilizado Líquido	11.084.530	128.758	(51.176)	(323.624)	10.838.488
Equipamentos de comutação / transmissão	5.263.046	(1.389.133)	(43.629)	1.563.553	5.393.837
Cabos de fibra ótica	357.395	(47.987)	-	83.464	393.272
Aparelhos em comodato	166.106	(114.370)	(6.922)	120.798	165.612
Infraestrutura	3.044.111	(482.225)	(5.984)	399.060	2.954.962
Bens de informática	177.951	(75.967)	-	64.647	166.631
Bens de uso geral	215.121	(41.473)	-	63.666	237.314
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.819.606	2.279.913	5.359	(2.618.812)	1.486.066

As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com construções de redes e/ou outros ativos tangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entram em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens.

(b) **Taxas de depreciação**

	Taxa anual %
Equipamentos de comutação/ transmissão	8 a 14,29
Cabos de fibra ótica	4 a 10
Aparelhos em comodato	14,28 a 50
Infraestrutura	4 a 20
Bens de informática	10 a 20
Bens de uso geral	10 a 20

Em 2018, em conformidade com o IAS 16 (CPC 27), aprovado por Deliberação da CVM, a Companhia e suas subsidiárias realizaram avaliações da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluíram que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente. A determinação da vida útil dos ativos leva em consideração não só o tipo de ativo, mas também seu regime de utilização e as condições às quais este ativo é submetido durante seu uso.

► **15. Intangível**

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e provisão para *impairment* (esta última, se aplicável) e reflete: (i) a compra de autorizações e de direitos de uso de bandas de radiofrequências e (ii) *software* em uso e/ou desenvolvimento. O intangível também inclui: (i) direito de uso de infraestrutura de outras empresas, (ii) lista de clientes, (iii) ágio na aquisição de empresas e (iv) custos com comissões à representantes comerciais para obtenção de um novo cliente.

Os encargos de amortização são calculados com base no método linear, ao longo da vida útil estimada dos ativos contratados e prazos das licenças de prestação de serviços, e no caso do custo com comissões pelo período do contrato, conforme mencionado na nota (h) abaixo. As estimativas da vida útil dos bens integrantes do intangível são revisadas regularmente.

Os encargos financeiros sobre recursos captados genericamente (sem destinação específica), utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas.

Os valores das autorizações para exploração do SMP e direitos de uso de radiofrequências, assim como *software*, ágio e outros são demonstrados como segue:

	Taxa anual %
Equipamentos de comutação/	



20. Empréstimos e financiamentos

São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sendo representados por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. No reconhecimento inicial são registrados por seu valor justo e após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras.

Descrição	Moeda	Encargos	Vencimento	2018	2017
BNDES (1)	URTLPL	TJLP a TJLP + 3,62% a.a.	Dez/19 a Jul/22	578.312	1.945.140
BNDES (1)	UM143	SELIC + 2,52% a.a.	Jul/22	489.421	1.911.383
BNDES (PSI) (1)	R\$	2,50% a 4,50% a.a.	Dez/19 a Jan/21	56.804	263.972
KFW (2)	USD	Libor 6M+ 1,35% a.a.	Abr/19	43.420	110.937
KFW Finvera (2)	USD	Libor 6M+ 0,75% a.a.	Dez/25	378.595	260.522
Cisco Capital (3)	USD	1,80% a 2,50% a.a.	Nov/19 a Dez/20	116.465	198.990
Total				1.663.017	4.690.944
Circulante				(698.728)	(1.351.860)
Não circulante				964.289	3.339.084

(1) Aval da controladora TIM Participações e determinados recebíveis da controlada.
(2) Aval da controladora TIM Participações.
(3) Não possuem garantia.

A Controladora TIM Participações não possui empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2018. Os financiamentos da controlada, contratados junto ao BNDES, foram obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel e possuem cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros calculados semestralmente. A controladora TIM Participações vem atendendo aos índices financeiros definidos.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia amortizou antecipadamente R\$800 milhões de dívida existente junto ao BNDES, reduzindo o saldo devido da linha. Em 2018, outros R\$2.200 milhões foram pagos antecipadamente. A diminuição do saldo devido junto ao BNDES não alterou o cronograma original dos pagamentos existente com o banco, que continua com sua última parcela vencida em julho/2022, todas as liquidações antecipadas objetivaram o gerenciamento eficiente do endividamento e caixa da Companhia. Em maio de 2018, a Companhia obteve uma nova linha de crédito no valor de R\$1.500.000 junto ao BNDES para financiar os investimentos em ativos imobilizados (Capex) do triênio 2017-2019. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não havia utilizada a referida linha de crédito, sendo que essa ficará disponível para utilização até dezembro de 2019, não sendo obrigatória seu desdobramento. O custo desta linha de crédito está indexado pela variação da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) mais juros de 1,95% ao ano.

Em setembro de 2018, a Companhia obteve a terceira tranche do contrato de financiamento em moeda estrangeira junto ao KFW Finvera, no valor de USD 40 milhões (equivalentes a R\$167 milhões). Com o objetivo de eliminar qualquer risco de variação cambial, houve a contratação antecipada de um swap que acompanha integralmente o cronograma de amortização da dívida.

Segue abaixo quadro com a posição de financiamentos e linhas de crédito disponível:

Tipo	Moeda	Data da abertura		Valor total	Remanescente	Montante utilizado até 31 de dezembro 2018
		Prazo	Valor			
BNDES (1)	TJLP	mai/18	dez/19	1.090.000	1.090.000	-
BNDES (2)	TJLP	mai/18	dez/19	20.000	20.000	-
BNDES (3)	TJLP	mai/18	dez/19	390.000	390.000	-
Total R\$:				1.500.000	1.500.000	-

- Objetivo:
- (1) Apoio ao plano de investimentos da TIM para os anos de 2017 a 2019 incluindo, mas não se limitando, a aquisição de equipamentos nacionais;
 - (2) Investimentos em projetos sociais, no âmbito da comunidade;
 - (3) Aplicação exclusiva na aquisição de máquinas e equipamentos, sistemas industriais e/ou outros componentes de fabricação nacional.

As linhas de financiamento PSI (Programa de Sustentação do Investimento), contratadas junto ao BNDES, referem-se a programas específicos da Instituição e possuem taxas de juros menores do que as previstas em operações convencionais do BNDES. O saldo correspondente em 31 de dezembro de 2018 ao ajuste referente à subvenção concedida pelo BNDES para a totalidade de linhas do PSI, é de aproximadamente R\$70 milhões, sendo este montante registrado no grupo de "Receitas diferidas" na rubrica de "Subvenções Governamentais" (nota 23) e o diferimento é feito de acordo com a vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no resultado em "Receita de Subvenção" (nota 29).

A controlada possui operações de swap, com o objetivo de proteger-se dos riscos de desvalorização do real em relação ao dólar americano em suas operações de empréstimos e financiamentos. Entretanto, não aplica a "contabilidade de hedge".

Os empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2018 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Consolidado
2020	343.598
2021	198.929
2022	129.625
2023	32.111
2024	75.602
2025	20.454
	964.289

A tabela a seguir apresenta o cronograma de valores nominais dos empréstimos e financiamentos estimados até o fim dos contratos.

	Valor nominal
2019	787.188
2020	396.786
2021	323.482
2022	206.944
2023	34.577
2024	76.614
2025	20.569
	1.846.160

Valor justo dos empréstimos

No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características normalmente verificadas nos financiamentos do BNDES. As instituições consideram, além dos retornos de dívida de longo prazo, os benefícios sociais de cada projeto vinculado aos seus financiamentos. Para fins de análise de valor justo, dada a ausência de mercado similar e a necessidade de aderência dos projetos de interesses governamentais, normalmente considera-se que o valor justo do empréstimo é aquele registrado nos saldos contábeis. O valor dos empréstimos das linhas PSI é registrado ao valor justo na data de sua captação e este valor justo é calculado com base na taxa do CDI à época.

Outra operação contratada com característica extremamente específica é o empréstimo obtido junto ao KFW Finvera. Nesta operação, tem-se como garantidor o Finvera, agência finlandesa de fomento. Dadas as características desta operação, a Companhia entende que seu valor justo é igual àquele registrado no balanço. Com base nas captações contratadas com a Cisco Capital e o KFW as atuais condições de mercado não indicam a existência de fatores que possam levar a um valor justo das operações diferente daquele registrado nos livros contábeis.

21. Impostos, taxas e contribuições indiretas a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Impostos, taxas e contribuições indiretas a recolher	447	370	453.941	307.793
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	361.558	236.230
Impostos e Taxas ANATEL	-	-	21.320	20.431
Imposto sobre Serviço - ISS	441	365	59.764	47.485
Outros	6	5	11.299	3.647
Parcela circulante	(447)	(370)	(451.169)	(305.266)
Parcela não circulante	-	-	2.772	2.527

22. Impostos, taxas e contribuições diretas a recolher

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. A legislação permite que as empresas optem pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social. Desde 2016 a Companhia optou por efetuar o pagamento mensal de imposto de renda e contribuição social.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Impostos, taxas e contribuições diretas a recolher	47.285	218	542.213	467.574
Imposto de renda e contribuição social	19.340	-	372.467	391.813
PIIS / COFINS	27.945	218	76.072	38.880
Parcela circulante	(47.285)	(218)	(451.674)	(368.881)
Parcela não circulante	-	-	209.880	206.788

(*) A composição desta conta refere-se principalmente à adesão da controlada ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS a partir de 2009 para parcelamento dos débitos em aberto dos tributos federais (PIIS - Programa de Integração Social, Cofins - contribuição para a seguridade Social, IRPJ - Imposto de renda Pessoa Jurídica e CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), cujo vencimento final dar-se-á em 31 de outubro de 2024.

23. Receitas diferidas

	Consolidado	
	2018	2017
Receitas diferidas	1.313.467	1.471.363
Serviços a prestar pré-pago (1)	301.621	388.301
Subvenções Governamentais (2)	63.731	89.036
Swap de rede (3)	11.449	20.191
Receitas antecipadas	18.626	22.627
Receitas diferidas sobre venda de torres (4)	897.112	951.208
Passivo contratual (nota 2.f)	20.928	-
Parcela circulante	(406.867)	(480.431)
Parcela não circulante	906.600	990.932

- (1) Refere-se a recarga de créditos de voz e dados ainda não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago que são apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.
- (2) Refere-se à liberação de recursos referente à linha de financiamento junto ao BNDES (Programa de Sustentação do Investimento - BNDES PSI). O somatório das subvenções concedidas pelo BNDES até 31 de dezembro de 2018 é de R\$203 milhões. Este montante está sendo amortizado pelo prazo de vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no grupo de "outras receitas (despesas), líquidas" (nota 29).
- (3) Refere-se, principalmente, a contratos de cessão onerosa e recíproca de infraestrutura de fibras óticas (nota 11).
- (4) Refere-se ao valor das receitas a serem apropriadas pela venda das torres (nota 16).

24. Provisão para processos judiciais e administrativos

A Companhia e sua controlada são parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios. A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. As situações onde as perdas são consideradas prováveis e possíveis são objeto de registro e divulgação, respectivamente, por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.

A provisão para processos judiciais e administrativos constituída, atualizada, está composta como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Provisão para processos judiciais e administrativos	9.837	2.672	849.408	528.320
Cível (a)	-	-	111.301	132.422
Trabalhistas (b)	2.646	2.672	435.438	184.311
Tributária (c)	7.191	-	271.214	180.643
Regulatória (d)	-	-	31.455	30.944

As variações na provisão para processos judiciais e administrativos encontram-se resumidas a seguir:

	Adições, líquidas de reversões		Pagamentos		Atualização monetária		deixar-l8	
	dez-17	dez-17	(536.647)	306.544	849.408	dez-18	dez-17	
Cível (a)	132.422	239.705	(324.803)	63.977	111.301	132.422	111.301	
Trabalhistas (b)	184.311	225.864	(114.450)	139.713	184.311	184.311	184.311	
Tributária (c)	180.643	84.990	(96.346)	101.927	271.214	180.643	180.643	
Regulatória (d)	30.944	632	(1.048)	927	31.455	30.944	30.944	

A Companhia e sua controlada estão sujeitas a diversas ações judiciais e procedimentos administrativos propostos pelos consumidores, fornecedores, prestadores de serviços e órgãos de defesa do consumidor e órgãos fazendários, que tratam de variadas matérias que surgem no curso normal dos negócios das entidades. A seguir estão resumidos os principais processos:

a. Processos civis

a.1 Ações movidas por consumidores
As controladas são partes em ações que se referem a reclamações diversas movidas por consumidores, nas esferas judicial e administrativa. As referidas ações no montante de R\$86.039 (R\$88.636 em 31 de dezembro de 2017) referem-se principalmente por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negatização indevida.

a.2 Órgãos de Defesa do Consumidor

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que, se discute: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) questionamentos da qualidade no atendimento; (iii) supostas violações do Decreto SAC; (iv) supostas violações contratuais; (v) suposta publicidade enganosa e; (vi) discussão de cobrança de multa de fidelização, nos casos de furto e roubo do aparelho. Os valores envolvidos equivalem a R\$5.814 (R\$4.551 em 31 de dezembro 2017).

a.3 Ex-parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais. Os valores envolvidos equivalem a R\$10.378 (R\$13.152 em 31 de dezembro de 2017).

a.4 Outras

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: (i) renovatórios de contratos de locação; (ii) ações de subscrição acionária; (iii) ações indenizatórias; (iv) suposto descumprimento de contrato e; (v) ações de cobrança. Os valores envolvidos equivalem a R\$5.060 (R\$18.224 em 31 de dezembro de 2017).

a.5 Socioambiental e infraestrutura

As controladas são partes em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a licenciamento, dentre os quais Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação). Os valores envolvidos equivalem a R\$239 (R\$3.157 em 31 de dezembro de 2017).

a.6 ANATEL

As controladas são partes em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço. Os valores envolvidos equivalem a R\$1.270 (não foi constituída provisão para esses casos em 31 de dezembro de 2017).

b. Processos trabalhistas

A seguir estão resumidos os principais processos trabalhistas com risco provável:
São processos envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas tanto por ex-empregados, em relação a questões como diferenças salariais, equiparações, pagamentos de remuneração variável/comissões, adicionais legais, horas extras e outras previsões estabelecidas no período anterior ao processo de privatização, quanto por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços, os quais, valendo-se da legislação trabalhista em vigor, requerem a responsabilização da Companhia e/ou de sua controlada por obrigações trabalhistas não adimplidas pelas empresas prestadoras de serviços contratadas.
Do total de 3.948 reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 2018 (1.845 em 31 de dezembro de 2017) movidas contra a Companhia e sua controlada, a maioria refere-se a demandas que envolvem ex-empregados de prestadores de serviços seguido de processos de empregados próprios. O provisionamento destas causas totaliza R\$426.570 atualizado monetariamente (R\$172.467 em 31 de dezembro de 2017). Durante o exercício de 2018, segundo posição dos consultores jurídicos da Companhia, determinados processos trabalhistas apresentaram alterações em seu prognóstico de perda de possível para provável, portanto, com registro correspondente da provisão. Uma parcela significativa deste provisionamento diz respeito a processos de reestruturação organizacional, dos quais se destacam o encerramento das atividades dos Centros de Relacionamento com o Cliente (*call center*) bem como processos relacionados aos sites internos da TIM, que resultaram no desligamento de colaboradores. Em 31 de dezembro de 2018, o provisionamento destas causas totaliza R\$27.981 atualizado monetariamente (R\$21.758 em 31 de dezembro de 2017).

c. Processos tributários

	12/2018	12/2017
Tributos Federais	82.033	33.907
Tributos Estaduais	103.546	59.403
Tributos Municipais	1.713	1.738
Processos TIM S.A. (<i>Purchase price allocation</i>)	83.922	85.595
	271.214	180.643

O total da provisão registrada está substancialmente composto pelos seguintes processos cujos valores indicados estão estimados pelos índices estabelecidos pelo governo federal para tributos em atraso, estando atrelados à variação da taxa SELIC:

Tributos Federais

A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos:
(i) A provisão para a TIM S.A. suporta quarenta e sete processos, relativos a questionamentos envolvendo a incidência sobre operações da CIDE, CPMF, CSLL, IRRF, denúncia espontânea da multa no pagamento do FUST e obrigações acessórias. Deste total, destacam-se os valores envolvidos nos processos judiciais que buscam o reconhecimento do direito de não recolher a CPMF supostamente incidente sobre operações simultâneas de compra e venda de moeda estrangeira e troca de titularidade de conta decorrente de incorporação societária, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$9.335 (R\$9.092 em 31 de dezembro de 2017), assim como o valor relativo a multa e juros sobre a contribuição ao FUST do ano de 2009, onde não está sendo reconhecido o benefício da denúncia espontânea, cujo valor provisionado e atualizado é de R\$14.060 (R\$13.516 em 31 de dezembro de 2017).
(ii) Adicionalmente, neste trimestre a empresa constituiu uma provisão para um processo que visa a cobrança da contribuição previdenciária retida à alíquota de 11% a que, supostamente, deveriam ter sido submetidos os pagamentos realizados pela empresa a outras pessoas jurídicas a título de remuneração por atividades diversas, cujo valor provisionado e atualizado é de R\$36.685, sem correspondente em dezembro de 2017.

Tributos Estaduais

A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos:
(i) A provisão para a TIM S.A. suporta trinta e cinco processos, dentre os quais se destacam (i) os valores envolvidos nas autuações que questionam o estorno de débitos de ICMS, assim como o suporte documental para a comprovação de créditos apropriados pela Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$42.628 (R\$14.610 em 31 de dezembro de 2017), (ii) valores supostamente não oferecidos à tributação pela prestação de serviços de telecomunicações, que, atualizados, equivalem a R\$4.829 (R\$4.605 em 31 de dezembro de 2017), e bem como (iii) anulação de serviço de Telecom em virtude de faturamento indevido/fraude por subscrição, o suposto crédito indevido e em duplicidade de ICMS, cujos valores atualizados equivalem a R\$24.646, sem correspondente em dezembro de 2017.

Tributos Municipais

Destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam a retenção e recolhimento do ISS-fonte de serviços de terceiros sem vínculo empregatício, bem como o recolhimento de ISS próprio correspondente a serviços prestados em *co-billing*.

PPA TIM S.A

Há processos tributários advindos da aquisição da TIM S.A., que compõem o processo de alocação do preço de aquisição desta Controlada e somam R\$83.922 (R\$85.595 em 31 de dezembro de 2017).

d. Processos regulatórios

A ANATEL instaurou processos administrativos em desfavor do Grupo pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

Em 31 de dezembro de 2018, o valor indicado relativo aos Procedimentos para Auração de Descumprimento de Obrigações ("PADOS"), considerando a atualização monetária, classificados com risco de perda provável é de R\$31.455 (R\$30.944 em 31 de dezembro de 2017).

e. Processos judiciais e administrativos cujas perdas são avaliadas como possíveis

A Companhia e sua controlada possuem ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificados por seus consultores jurídicos e pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão para processos judiciais e administrativo constituída, não sendo esperados efeitos materiais adversos nas demonstrações financeiras, conforme valores apresentados a seguir:

	Consolidado	
	2018	2017
Cível (e.1)	18.734.644	16.757.282
Trabalhista e previdenciária (e.2)	1.046.521	1.286.252
Tributária (e.3)	523.236	763.505
Regulatória (e.4)	16.530.061	14.528.617
	634.826	178.908

Os processos administrativos e judiciais cujas perdas são avaliadas como possíveis e monitorados pela Administração estão divulgados pelos seus valores atualizados.

As principais ações com risco de perda classificadas como possível estão descritas abaixo:

a.1. Cíveis

	Consolidado	
	2018	2017
Ações movidas por consumidores (e.1.1)	405.635	453.231
ANATEL (e.1.2)	207.657	217.012
Órgãos de Defesa do Consumidor (e.1.3)	84.231	158.620
Ex-parceiros comerciais (e.1.4)	173.213	182.843
Sócio ambiental e infraestrutura (e.1.5)	71.574	158.287
Outros	104.211	116.259
	1.046.521	1.286.252

e.1.1 Ações movidas por consumidores

Referem-se principalmente a ações por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negatização indevida.



TIM PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 02.558.115/0001-21

Companhia Aberta

O saldo em 31 de dezembro de 2018 da rubrica de "dividendos e juros sobre capital próprio a pagar" é composto pelos valores não liquidados de anos anteriores no montante de R\$47.111 (R\$40.266 em 31 de dezembro 2017) além do valor ainda não liquidado dos juros sobre capital próprio destinados e calculados em 2018 no montante de R\$322.994.

Os juros sobre capital próprio pagos e/ou a pagar são contabilizados em contrapartida às despesas financeiras as quais, para fins de apresentação das demonstrações financeiras são reclassificadas e divulgadas como destinação do lucro líquido do exercício, nas mutações do patrimônio líquido. Os juros sobre capital próprio recebidos e/ou a receber são contabilizados em contrapartida às receitas financeiras impactando o resultado de equivalência patrimonial. Para fins de apresentação, os impactos no resultado são eliminados, sendo apresentada a redução no saldo de investimento.

Dividendo não reclamados - Conforme estabelecido na Lei das Sociedade por Ações, os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e não reclamados pelos acionistas em até 3 anos, são revertidos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição.

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Financiamentos".

► 26. Plano de Incentivo de Longo Prazo

Plano 2011 – 2013, Plano 2014-2016 e Plano 2018-2020

Em 5 de agosto de 2011, 10 de abril de 2014 e 19 de abril de 2018, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM Participações S.A. os planos de incentivo de longo prazo: "Plano 2011-2013", "Plano 2014-2016" e "Plano 2018-2020" respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia e em sua controlada.

Data de outorga	Opções/Ações outorgadas	Data de vencimento	Preço Base	Saldo no início do exercício	Concedidas durante o exercício	Exercidas durante o exercício	Caducadas durante o exercício	Vencidas durante o exercício	Saldo no final do exercício
2018									
Plano 2018-2020 – 1ª Outorga	849.932	mai-20	14,41	-	849.932	-	(383.418)	-	466.514
Plano 2014-2016 – 3ª Outorga	3.922.204	nov-22	8,10	2.684.284	-	(510.884)	(1.277.878)	-	895.522
Plano 2014-2016 – 2ª Outorga	3.355.229	out-21	8,45	1.240.740	-	(656.268)	(291.949)	-	292.523
Plano 2014-2016 – 1ª Outorga	1.687.686	set-20	13,42	658.720	-	(27.424)	(99.324)	-	531.972
Plano 2011-2013 – 3ª Outorga	3.072.418	jul-19	8,13	694.936	-	-	(151.353)	-	543.583
Plano 2011-2013 – 2ª Outorga	2.661.752	set-18	8,96	194.756	-	-	-	(194.756)	-
Plano 2011-2013 – 1ª Outorga	2.833.595	ago-17	8,84	-	-	-	-	-	-
Total	18.382.816			5.473.436	849.932	(1.194.576)	(2.203.922)	(194.756)	2.730.114
Preço médio ponderado do exercício			10,26						

Os dados significativos incluídos no modelo foram:

Data de outorga	Preço Base - média ponderada da ação no período de medição da Outorga	Volatilidade	Vida esperada da opção	Taxa de juros anual sem risco
Outorga 2011	R\$8,84	51,73% a.a.	6 anos	11,94% a.a.
Outorga 2012	R\$8,96	50,46% a.a.	6 anos	8,89% a.a.
Outorga 2013	R\$8,13	48,45% a.a.	6 anos	10,66% a.a.
Outorga 2014	R\$13,42	44,60% a.a.	6 anos	10,66% a.a.
Outorga 2015	R\$8,45	35,50% a.a.	6 anos	16,10% a.a.
Outorga 2016	R\$8,10	36,70% a.a.	6 anos	11,73% a.a.
Outorga 2018	R\$14,41	NA	3 anos	NA

O Preço Base da Ação foi calculado através das médias ponderadas do preço das ações da TIM Participações, considerando os seguintes períodos:

- **Plano 2011-2013 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2011 (data em que o Conselho de Administração da TIM Participações aprovou o benefício).
- **Plano 2011-2013 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período de 01/07/2012 a 31/08/2012.
- **Plano 2011-2013 – 3ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2013.
- **Plano 2014-2016 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações (29 de setembro de 2014).
- **Plano 2014-2016 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações (29 de setembro de 2015).
- **Plano 2014-2016 – 3ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração (29 de setembro de 2016).
- **Plano 2018-2020 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período de 01 de março de 2018 à 31 de março de 2018.

O Grupo reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2018, as despesas atreladas aos referidos planos de benefícios de longo prazo totalizaram R\$4.291 (R\$12.789 em 31 de dezembro de 2017). Contudo, em virtude do término contratual de determinados executivos durante o exercício de 2018, seus respectivos benefícios foram cancelados, gerando uma redução no montante de R\$4.775.

► 27. Receita operacional líquida

Receitas de serviços prestados

As principais receitas de serviços advêm de assinaturas mensais, prestação de serviços separados de voz, SMSs, dados, pacotes de utilização combinada destes serviços, encargos de *roaming* e receitas de interconexão. As

► 28. Custos e despesas operacionais

	Consolidado			
	2018		2017	
	Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas (*)	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(7.701.418)	(4.970.780)	(1.608.319)	(14.280.517)
Serviços de terceiros	(36.514)	(637.177)	(357.878)	(1.031.569)
Interconexão e meios de conexão	(518.762)	(2.169.624)	(451.990)	(3.140.376)
Depreciação e amortização	(2.513.176)	-	-	(2.513.176)
Impostos, taxas e contribuições	(3.119.954)	(162.804)	(671.562)	(3.954.320)
Aluguéis e seguros	(866.197)	(18.333)	(916.284)	(1.860.814)
Custo das mercadorias vendidas	(591.226)	(146.877)	(67.387)	(805.490)
Publicidade e propaganda	(883.912)	-	(883.912)	(1.767.824)
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	(421.588)	-	(421.588)
Outros	(6.120)	(21.632)	(41.169)	(68.921)

(*) A Companhia e sua controlada promoveram uma análise das melhores práticas contábeis aplicáveis ao seu ramo de atividade, o que resultou na reclassificação da amortização de autorização da rubrica de "Outras despesas operacionais" para "Custos de serviços prestados", no montante de R\$347.884 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R\$261.927 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017), no sentido de manter a comparabilidade das informações divulgadas.

A Companhia e sua controlada faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária enquanto o empregado integra o quadro de funcionários da Companhia e de sua controlada. Tais planos não trazem nenhuma obrigação adicional para a Companhia. Se o funcionário deixar de fazer parte do quadro de empregados da Companhia e de sua controlada no período necessário para ter o direito de retirada das contribuições feitas pelas patrocinadoras, os valores aos quais o funcionário não tem mais direito e que podem representar redução nas contribuições futuras da Companhia e sua controlada aos funcionários ativos, ou um reembolso em dinheiro destes valores, são lançados como ativo.

► 29. Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas				
Receita de subvenção, líquida	-	25.305	28.722	-
Multas s/ serviços de telecomunicações	-	44.411	41.699	-
Receita na alienação de ativos	-	1.708	2.865	-
Outras receitas (i)	6	282.041	171.273	-
	-	6	353.465	244.559
Despesas				
FUST/FUNTEL (ii)	-	(143.167)	(140.878)	-
Impostos, taxas e contribuições	-	(4.092)	(4.466)	-
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquidos de reversão	(825)	(816)	(452.463)	(366.476)
Despesa na alienação de ativos	-	(4.424)	(6.618)	-
Outras despesas	(12)	(94)	(32.608)	(24.831)
	(837)	(910)	(636.754)	(543.269)
	(837)	(904)	(283.289)	(298.710)

(i) A variação no período refere-se aos créditos oriundos de processo judicial de titularidade da TIM Nordeste S.A. (incorporada em último nível pela TIM S.A.) com decisão definitiva transitado em julgado a favor da Companhia em Tribunais Superiores, em 2018, que discutia a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e COFINS para o período de 2002 a 2009 (nota 9). Em novembro de 2018, em virtude do transitado em julgado, a companhia registrou o montante de 159 milhões de principal e R\$194 milhões de atualização monetária.

(ii) Representam os gastos incorridos com as contribuições sobre as diversas receitas de telecomunicações devidas a ANATEL, conforme legislação em vigor.

► 30. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras	1.978	6.927	412.733	512.565
Juros sobre aplicações financeiras	1.358	1.621	119.548	369.511
Juros de clientes	-	36.793	38.227	-
Juros swap	-	17.001	32.300	-
Juros sobre leasing	-	25.664	22.709	-
Atualização monetária	620	5.256	207.191	39.694
Outras receitas	-	-	6.536	10.118

► 31. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesas financeiras	(95.687)	(23.511)	(951.439)	(1.009.653)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(96.682)	(211.108)	-
Juros sobre fornecedores	-	(1)	(10.906)	(998)
Juros sobre impostos e taxas	(50)	(34)	(15.409)	(5.712)
Juros swap	-	(32.424)	(85.362)	-
Juros sobre leasing	-	(266.328)	(257.305)	-
Atualização monetária	(4.676)	237	(340.175)	(278.272)
Descontos concedidos	-	-	(38.858)	(52.683)
Outras despesas	(90.961)	(23.713)	(150.857)	(118.213)

A variação cambial no período está relacionada a empréstimos e financiamentos e fornecedores em moeda estrangeira. O efeito foi reduzido por operações com derivativos (nota 37).

► 32. Variações cambiais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas				
Empréstimos e financiamentos	-	-	1.409	287.777
Fornecedores	12	8	6.844	4.124
Swap	-	-	75.340	130.971
Outros	-	-	13.937	7.146
	12	8	97.530	430.018
Despesas				
Empréstimos e financiamentos	-	-	(75.298)	(271.286)
Fornecedores	(21)	(39)	(11.925)	(6.819)
Swap	-	-	(1.409)	(147.356)
Outros	-	-	(7.525)	(5.305)
	(21)	(39)	(96.157)	(430.766)
Variações cambiais, líquidas	(9)	(31)	1.373	(748)

Os Planos 2011-2013 e 2014-2016 tratam da outorga de opções de ações, enquanto que o Plano 2018-2020 prevê a outorga de ações.

O exercício das opções do Plano 2011-2013 está condicionado ao atingimento de metas específicas de desempenho, enquanto que o exercício das opções do Plano 2014-2016 não possui esta condição. O Preço de Exercício é calculado aplicando-se um ajuste, para mais ou para menos, no Preço Base da Ação, em consequência do desempenho acionário, considerando os critérios previstos em cada Plano. Já o Plano 2018-2020 propõe remunerar os participantes com ações de emissão da Companhia, sujeitos a determinadas condições de tempo e/ou desempenho (atingimento de metas específicas).

O prazo de vigência das opções dos Planos 2011-2013 e 2014-2016 são de 6 anos e a TIM Participações não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro. Para o Plano 2018-2020 o prazo de vigência possui a mesma periodicidade de 3 anos relacionada à sua carência (Vesting). Por sua vez, o Plano 2018-2020, além de considerar a transferência de Ações, prevê também a possibilidade de realizar o pagamento aos participantes do valor equivalente em dinheiro.

O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data de cada balanço, o Grupo revisa suas estimativas da quantidade de opções que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições por tempo de serviço.

As contribuições sociais a pagar em conexão com a concessão das opções de ações são consideradas parte integrante da própria concessão, e a cobrança é tratada como uma transação liquidada em dinheiro. Cabe considerar que em 2017 não foram realizadas novas outorgas, apenas foram realizadas as apurações dos *Vestings* de outorgas passadas.

As variações na quantidade de ações/opções estão apresentadas a seguir:

Data de outorga	Opções/Ações outorgadas	Data de vencimento	Preço Base	Saldo no início do exercício	Concedidas durante o exercício	Exercidas durante o exercício	Caducadas durante o exercício	Vencidas durante o exercício	Saldo no final do exercício
2018									
Plano 2018-2020 – 1ª Outorga	849.932	mai-20	14,41	-	849.932	-	(383.418)	-	466.514
Plano 2014-2016 – 3ª Outorga	3.922.204	nov-22	8,10	2.684.284	-	(510.884)	(1.277.878)	-	895.522
Plano 2014-2016 – 2ª Outorga	3.355.229	out-21	8,45	1.240.740	-	(656.268)	(291.949)	-	292.523
Plano 2014-2016 – 1ª Outorga	1.687.686	set-20	13,42	658.720	-	(27.424)	(99.324)	-	531.972
Plano 2011-2013 – 3ª Outorga	3.072.418	jul-19	8,13	694.936	-	-	(151.353)	-	543.583
Plano 2011-2013 – 2ª Outorga	2.661.752	set-18	8,96	194.756	-	-	-	(194.756)	-
Plano 2011-2013 – 1ª Outorga	2.833.595	ago-17	8,84	-	-	-	-	-	-
Total	18.382.816			5.473.436	849.932	(1.194.576)	(2.203.922)	(194.756)	2.730.114
Preço médio ponderado do exercício			10,26						

receitas são reconhecidas conforme sua utilização, líquidas de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços. Estas receitas somente são contabilizadas quando o montante do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável.

As receitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (*unbilled*) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Os cálculos de receitas não faturadas do mês anterior são estornados e um novo cálculo de *unbilled* é feito a cada mês corrente considerando o *billed* do mês anterior.

As receitas de tráfego de interconexão e *roaming* são registradas de forma isolada, sem que sejam compensadas os valores devidos a outras operadoras de telecomunicações (estes últimos são registrados como custo das operações).

Os minutos não utilizados pelos clientes e/ou os créditos de recarga em poder dos parceiros comerciais, relativos aos serviços do sistema pré-pago são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

Receitas de vendas de produtos

As receitas com vendas de produtos (telefones, mini-modems, *tablets* e outros equipamentos) são reconhecidas quando os riscos significativos e os benefícios da propriedade destes produtos são transferidos para o comprador.

Contratos firmados com clientes que combinam serviços e produtos

A Companhia oferece aos clientes fidelizados pacotes comerciais que combinam aparelhos celulares com serviços de telefonia fixa ou móvel, com a concessão de descontos em aparelhos e/ou serviços. Nestes casos, identificam-se os contratos individuais, as obrigações de desempenho e seus preços de transação, alocando-se o preço da transação total de acordo com os preços de venda individuais de cada obrigação. A receita de serviços e produtos é reconhecida no momento em que cada uma das obrigações de desempenho previstas no acordo com o cliente é cumprida, ou seja, quando o cliente obtém controle sobre o ativo.

Para maiores detalhes da aplicação da norma IFRS15/CP47, vide 2.f.

Receita Operacional Líquida

	2018	2017
Receita operacional bruta	16.981.329	16.233.959
Receita de serviços	24.232.404	22.611.074
Receita de serviços - Móvel	23.065.648	21.433.515
Receita de serviços - Fixa	21.531.779	20.147.585
Venda de mercadorias	1.533.869	1.285.930
Deduções da receita bruta	1.166.756	1.177.559
Impostos incidentes	(7.251.075)	(6.377.115)
Descontos concedidos	(5.163.797)	(5.027.406)
Devoluções e Outros	(2.073.892)	(1.329.600)
	(13.386)	(20.109)

► 33. Despesas com imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	2018	2017
Imposto de renda e contribuição social correntes	(253.120)	(203.932)
Imposto de renda do exercício	(92.502)	(77.148)
Incentivo fiscal – SUDENE/SUDAM (*)	146.454	112.493
	(199.168)	(168.587)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	651.632	(23.976)
Imposto de renda diferido	217.501	(8.631)
Contribuição social diferida	869.133	(62.307)
Provisão para contingências de imposto de renda e contribuição social	(5.054)	185
	864.079	(32.422)
	664.911	(201.009)

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os valores refletidos no resultado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.548.347	1.234.507	1.880.190	1.435.516
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(866.438)	(419.732)	(639.265)	(488.075)
(Adições) x exclusões:				
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias (não reconhecidas) reconhecidas	(4.232)	(3.620)	920.745	68.716
Resultado de equivalência patrimonial	908.700	435.180	-	-
Adições, exclusões permanentes:				
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	(35.357)	(18)	(12.040)	(6.638)
Impacto de arrendamento mercantil financeiro	-	-	(36.046)	(35.872)
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	-	(11.810)	288.998	64.597
Incentivo fiscal SUDENE/SUDAM (*)	-	-	146.454	112.498
Utilização de prejuízos fiscais anteriormente não reconhecidos	-	-	-	11.176
Outros valores	(5.919)	-	(3.935)	72.589
	863.192	419.732	1.304.176	287.066



da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.
Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:
• Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
• O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.

• Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos das controladas foram determinados por meio de fluxos de caixa futuros (posição ativa e passiva) utilizando as condições contratadas e trazendo esses fluxos a valor presente por meio de descontos pelo uso de taxa futura de juros divulgada por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias.

Ativos e passivos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia por categoria podem ser assim resumidos:

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativo, conforme balanço patrimonial	5.639.420	871.478	6.510.898
Instrumentos financeiros derivativos	-	81.408	81.408
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	2.969.116	-	2.969.116
Títulos e valores mobiliários	-	790.070	790.070
Caixa e equivalentes de caixa	1.075.530	-	1.075.530
Arrendamento Mercantil - leasing	208.049	-	208.049
Depósitos judiciais	1.345.113	-	1.345.113
Outros valores a compensar	41.612	-	41.612
Passivo, conforme o balanço patrimonial	8.296.570	11.618	8.308.188
Empréstimos e Financiamentos	1.663.017	-	1.663.017
Instrumentos financeiros derivativos	-	11.618	11.618
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	4.323.374	-	4.323.374
Arrendamento mercantil leasing	1.940.074	-	1.940.074
Dividendos a pagar	370.105	-	370.105

Moeda		CONTRAPARTE		TAXAS MÉDIAS SWAP	
Moeda	Tipo de SWAP	Dívida	SWAP	Total Dívida	% Cobertura
USD	LIBOR X DI	KfW	JP Morgan	43.420	100%
USD	LIBOR X DI	KFW/ Finnvera	JP Morgan e BOFA	378.595	100%
USD	PRE X DI	CISCO	Santander e JP Morgan	116.466	100%

Em junho de 2018, a Companhia aproveitou o momento favorável de mercado para fechar antecipadamente uma operação de swap a termo. O objetivo foi de garantir um custo atermado de 92,59% do CDI para a terceira tranche do contrato de financiamento em moeda estrangeira do KfW/Finnvera. O desembolso foi realizado em 17 de setembro de 2018 com o valor nominal em dólares de 40 milhões.
Em agosto de 2018, a Companhia adquiriu opções de compra de USD 100 milhões com strike a R\$4,00, com objetivo de mitigar o efeito da variação cambial nos contratos comerciais. As opções foram divididas em 9 vencimentos de US\$ 11,1 milhões (outubro de 2018 à junho de 2019) e foram adquiridas pelo valor inicial de R\$11,7 milhões considerando um spot de referência no momento da compra de R\$3,7655. Devido à alta do dólar e à redução na exposição de riscos nos contratos comerciais, a Companhia liquidou antecipadamente os vencimentos de outubro de 2018 e novembro de 2018 pelo valor de R\$5,6 milhões, considerando um spot de referência no momento da venda de 4,157. Em novembro de 2018, considerando a proximidade dos vencimentos e a redução na exposição de riscos nos contratos comerciais, a Companhia liquidou antecipadamente os vencimentos de dezembro de 2018 e janeiro e fevereiro de 2019 pelo valor de R\$1,0 milhão, considerando um spot de referência no momento da venda de 3,807. Em 31 de dezembro de 2018, o valor remanescente teve seu valor contábil registrado de R\$4,1 milhões – Ativo (spot de referência do dólar de R\$3,8748).

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos swaps
Para fins de identificação de possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada considerando três cenários distintos (provável, possível e remoto) e seus respectivos impactos nos resultados obtidos, quais sejam:

Descrição	Cenário Provável		Cenário Possível		Cenário Remoto	
	2018	2019	2018	2019	2018	2019
Dívida em USD (Cisico e KfW)	549.393	549.393	700.368	700.368	869.825	869.825
A) Δ Variação Acumulada Dívida	-	-	150.975	150.975	320.432	320.432
Valor justo da ponta ativa do swap	549.393	549.393	700.368	700.368	869.825	869.825
Valor justo da ponta passiva do swap	483.503	483.503	470.044	470.044	467.868	467.868
Resultado swap	1.032.896	1.032.896	1.170.412	1.170.412	1.337.962	1.337.962
B) Δ Variação Acumulada Swap	-	-	137.516	137.516	304.797	304.797
C) Resultado final (B-A)	-	-	13.459	13.459	15.635	15.635

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Cox Neto (Presidente)
Agostino Nuzzolo (Membro)
Alberto Emmanuel Carvalho Whitaker (Membro)
Celso Luis Loducca (Membro)
Herculano Anibal Alves (Membro)
Mario Di Mauro (Membro)
Piergiorgio Peluso (Membro)
Raimondo Zizza (Membro)
Stefano De Angelis (Membro)

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da TIM Participações S.A. ("Companhia"), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as disposições legais e compreenderam: (i) a análise dos relatórios financeiros elaborados periodicamente pela Companhia; (ii) a Proposta da Administração de destinação do resultado do exercício de 2018 e de distribuição de dividendos da Companhia; (iii) o acompanhamento dos trabalhos realizados pelos auditores independentes e internos; e (iv) as indagações sobre atos e transações relevantes efetuadas pelos Administradores.

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

1. Sobre o Comitê
O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE") da TIM Participações S.A. ("Companhia") é um órgão estatutário, de funcionamento permanente, criado pela Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 12 de dezembro de 2013, buscando as melhores práticas de Governança Corporativa, conforme recomendado, e regido pela Instrução Normativa da Comissão de Valores Mobiliários nº 308 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de 14 de maio de 1999, alterada pela Instrução Normativa CVM nº 509, de 16 de novembro de 2011, e demais regulações aplicáveis.

O CAE é formado por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, para o mandato de 2 (dois) anos, que coincidirá com o mandato dos membros do Conselho de Administração, sendo permitida a reeleição por um período máximo de 10 (dez) anos.

De 1º de janeiro a 19 de abril de 2017, o CAE teve a seguinte composição: Srs. Alberto Emmanuel Carvalho Whitaker (Coordenador), Adhemar Gabriel Bahadrian e Herculano Anibal Alves. Com a eleição dos novos conselheiros de administração na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 19 de abril de 2017, para o mandato 2017/2019, o Conselho de Administração elegeu os seguintes membros para compor o CAE: Srs. Alberto Emmanuel Carvalho Whitaker (Coordenador), Herculano Anibal Alves e Mario Cesar Pereira de Araujo. Em razão da renúncia apresentada pelo Sr. Mario Cesar Pereira de Araujo, em 16 de março de 2018, o CAE passou a ter a seguinte composição: Srs. Alberto Emmanuel Carvalho Whitaker (Coordenador), Herculano Anibal Alves e Celso Luis Loducca. Todos são conselheiros de administração da Companhia e caracterizados como independentes segundo critério da CVM.

O CAE tem como objetivos supervisionar a qualidade e a integridade dos relatórios financeiros, sua aderência às normas legais, regulatórias e estatutárias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e às atividades dos auditores, tanto os internos quanto os independentes, bem como supervisionar e avaliar a celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e, de outro lado, o acionista controlador ou suas sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras desde último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia.

Além de suas atribuições ordinárias, o CAE também desempenha a função de *Audit Committee* da Companhia, em conformidade com o disposto na *Sarbanes Oxley Act* ("SOX"), ao qual a Companhia está sujeita por ser uma sociedade registrada na *US Securities and Exchange Commission* ("SEC"), face possuir *American Depository Receipts (ADRs)* na *New York Stock Exchange* ("NYSE") desde 16 de novembro de 1998.

O CAE possui dotação orçamentária anual, dentro dos limites aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes. O presente Relatório é emitido em observância ao previsto no Regimento Interno do CAE, e conforme regra estabelecida na CVM.

2. Atividades do Comitê de Auditoria Estatutário da TIM Participações em 2018

Após estabelecer uma programação anual para o cumprimento de suas atribuições, foram realizadas, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018, 22 reuniões ordinárias do CAE que contemplaram 134 Itens de Ordem do Dia (sessões). As reuniões tiveram duração média de 3 horas cada e, durante as discussões, foram envolvidos diretamente o Presidente do Conselho de Administração, o Diretor Presidente, o *Chief Financial Officer* e Diretor de Relação com Investidores, e outros membros da Diretoria Executiva, Gerentes Executivos, Auditores Internos e Independentes e o Diretor de *Compliance* da Companhia. Dentre as atividades realizadas durante o exercício, cabe destacar as seguintes:

I. Análise do plano anual de trabalho dos auditores independentes e discutiu os resultados das atividades desempenhadas por estes, em 7 sessões durante o ano de 2018. A *PricewaterhouseCoopers* ("PwC") foi a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2018, pelo planejamento e execução das auditorias até a revisão das informações trimestrais ("ITRS"), conforme as normas reconhecidas, bem como responsável pela revisão especial das ITRS, enviadas à CVM. Seu parecer deve assegurar que as referidas demonstrações financeiras representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na legislação societária brasileira, nas normas da CVM e nas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS - *International Financial Reporting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). A "PwC" atuou, ainda, como auditor das controladas da Companhia, TIM S.A. e da TIM Celular S.A., esta última incorporada pela TIM S.A. em 31 de outubro de 2018, bem como continuou como responsável pela revisão do Formulário 20-F (SEC) da Companhia.
II. Supervisionou as atividades desempenhadas pela Auditoria Interna da Companhia, em 10 (dez) sessões durante o ano de 2018, analisando o plano anual de trabalho e o conteúdo o resultado das atividades desempenhadas e das revisões efetuadas, e avaliou o desempenho dos auditores internos. No Programa Anual de Auditoria de 2018, foram oficializadas 188 (cento e oitenta e oito) atividades, das quais 101 (cento e uma) foram concluídas ou substancialmente concluídas. Adicionalmente, foram concluídas 154 atividades referentes a exercícios anteriores.
III. Supervisionou e analisou a eficácia, qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos, em 13 sessões durante o ano de 2018, a fim de, entre outros objetivos, monitorar o cumprimento das disposições relacionadas: (a) à apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as informações financeiras trimestrais e outras demonstrações intermediárias; e (b) às informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras, sobretudo em relação aos controles internos que sustentam a certificação *Sarbanes-Oxley* ("SOX").

31 de dezembro de 2017

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativo, conforme balanço patrimonial	7.168.259	849.401	8.017.660
Instrumentos financeiros derivativos	-	80.790	80.790
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	2.567.063	-	2.567.063
Títulos e valores mobiliários	-	768.611	768.611
Caixa e equivalentes de caixa	2.960.718	-	2.960.718
Arrendamento Mercantil - leasing	205.331	-	205.331
Depósitos judiciais	1.366.576	-	1.366.576
Outros valores a compensar	68.571	-	68.571
Passivo, conforme o balanço patrimonial	10.708.264	32.463	10.740.727
Empréstimos e Financiamentos	4.690.944	-	4.690.944
Instrumentos financeiros derivativos	-	32.463	32.463
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	3.986.557	-	3.986.557
Arrendamento mercantil leasing	1.887.172	-	1.887.172
Dividendos a pagar	143.591	-	143.591

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, as variações do valor justo são contabilizadas no resultado do exercício, no grupo de receitas e despesas financeiras.

Política de proteção de riscos financeiros adotada pela Companhia – Síntese

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de financiamentos, em moeda estrangeira, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados a variações cambiais.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos contra a exposição cambial deve ocorrer simultaneamente à contratação da dívida que deu origem a tal exposição. O nível de cobertura a ser contratado para as referidas exposições cambiais é de 100% do risco, tanto em prazo quanto em valor.

Em 31 de dezembro de 2018, não há quaisquer tipos de margens ou garantias aplicadas às operações com instrumentos financeiros derivativos da Companhia e de sua controlada.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o rating disponibilizado por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e níveis de concentração de operações e recursos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pelas controladas e vigentes em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 estão demonstradas no quadro a seguir:

Moeda		CONTRAPARTE		TAXAS MÉDIAS SWAP	
Moeda	Tipo de SWAP	Dívida	SWAP	Total Dívida	% Cobertura
USD	LIBOR X DI	KfW	JP Morgan	43.420	100%
USD	LIBOR X DI	KFW/ Finnvera	JP Morgan e BOFA	378.595	100%
USD	PRE X DI	CISCO	Santander e JP Morgan	116.466	100%

Tendo em vista as características dos instrumentos financeiros derivativos das controladas, nossas premissas levaram em consideração, basicamente, o efeito i) da variação do CDI, ii) Libor e; iii) variações do dólar americano utilizadas nas operações, atingindo, respectivamente, os percentuais e cotações indicados abaixo:

Variável de risco	Cenário provável (atual)	Cenário possível	Cenário remoto
CDI	6,40%	8,00%	9,60%
LIBOR	2,88%	3,59%	4,31%
USD	3,8748	4,8435	5,8122

Como as controladas possuem instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção das suas respectivas dívidas financeiras, as variações dos cenários são acompanhadas do respectivo objeto de proteção, mostrando assim que os efeitos referentes à exposição gerada nos swaps terão sua contrapartida refletidos na dívida. Para estas operações, as suas controladas divulgam o valor justo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas, conforme demonstrado acima no quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida de suas controladas em cada um dos três cenários mencionados.

Salienta-se o fato de que as operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pelas controladas têm como único objetivo o de proteção patrimonial. Desta forma, uma melhora ou piora em seus respectivos valores de mercado equivalerá a um movimento inverso nas correspondentes parcelas do valor da dívida financeira contratada, objeto dos instrumentos financeiros derivativos das controladas.

As análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 30 de dezembro de 2018 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas relacionadas às variações nas taxas de juros de mercado e a variação do dólar americano utilizadas nos contratos de swap. A utilização destas premissas nas análises se deve exclusivamente às características dos instrumentos financeiros derivativos, os quais apresentam exposição somente às variações na taxa de juros e de câmbio.

	2018
Resultado líquido em operações de USD x CDI	58.508

DIRETORIA

Sami Foguel Diretor Presidente
Adrian Calaza Chief Financial Officer e Diretor de Relações com Investidores
Bruno Mutzenbecher Gentil Business Support Officer
Mario Girasole Regulatory and Institutional Affairs Officer
Jaques Horn Diretor Jurídico
Leonardo de Carvalho Capdeville Chief Technology Officer

CONTADORA RESPONSÁVEL

Manoela de Paiva Suassuna - CRC RJ - 102467/O-5 - CPF: 806.902.117-91

Com base nos nossos exames, nas informações prestadas e nos esclarecimentos recebidos e, também, considerando o Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, *PricewaterhouseCoopers* ("PwC"), sem ressalvas, emitido no dia 19 de fevereiro de 2019, o Conselho Fiscal é de parecer favorável de que: (i) o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acima mencionadas refletem adequadamente as informações nelas contidas; e (ii) a Proposta da Administração de destinação do resultado do exercício de 2018 e de distribuição de dividendos da Companhia estão todas em condições de serem submetidas à apreciação pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

IV. O CAE informou-se sobre os principais processos dentro da Companhia, avaliando a sua qualidade e o comprometimento dos integrantes da alta administração com o seu aperfeiçoamento contínuo. Como resultado das reuniões com as áreas internas da Companhia, o CAE teve a oportunidade de oferecer ao Conselho de Administração sugestões de melhoria nos processos, bem como de acompanhar suas implementações, e a execução das recomendações de melhoria identificadas no decorrer dos trabalhos das auditorias e nas discussões com as áreas de negócios e de controles. Com base nas informações colhidas, o CAE julga que o sistema de controles internos da Companhia e de suas controladas é adequado ao porte e complexidade de seus negócios, bem como estruturado de modo a garantir a eficácia das suas operações, dos sistemas que geram os relatórios financeiros e, ainda, está de acordo com as normas internas e externas a que se sujeitam as transações.

V. Acompanhou e supervisionou os trabalhos desenvolvidos pela área de *Compliance* da Companhia, em 9 sessões, com destaque aos assuntos relacionados à: (i) *SOX Compliance*, por meio de monitoramento de deficiências apontadas pelo Auditor Externo e pela administração da Companhia; (ii) *Compliance* de Tecnologia da Informação e Segurança Corporativa, ressaltando os riscos de *Cyber Security*; (iii) *Compliance* de Processos Comerciais e gerais da Companhia; fraude e corrupção, garantindo a aderência a leis, normas, padrões e regulamentos internos e externos.

VI. Tomou conhecimento das principais alterações propostas no âmbito regulatório e as mudanças institucionais previstas, bem como os principais aspectos dos cenários político e econômico, com destaque para os riscos e desafios da conjuntura atual que possam impactar a Companhia.

VII. No desempenho de suas atividades, o CAE acompanhou regularmente questões relacionadas à: (i) Satisfação do consumidor e qualidade dos serviços e do atendimento; (ii) Estímulo à inovação aplicada a produtos e serviços; (iii) Transparência e prestação de contas aos stakeholders; (iv) Ética nos negócios; (v) Inclusão digital; (vi) Diálogos e comunicação com públicos de relacionamento; (vii) Gestão de produtos eletrônicos; (viii) Investimento em infraestrutura; e (ix) Desenvolvimento de novas tecnologias.

VIII. No decorrer de 2018, o CAE analisou relatórios de *Enterprise Risk Management* ("ERM") da Companhia com foco no monitoramento do plano de trabalho para revisão e atualização dos fatores de risco publicados pela Companhia, gestão dos riscos financeiros, apetite de risco da Companhia e adequação dos fatores de riscos constantes no Formulário de Referência da Companhia, no inventário dos riscos *SOX/CVM*. Este tema foi trazido em 7 sessões durante o ano de 2018. A estrutura de gestão de riscos da Companhia é compartilhada entre o CAE e o Comitê de Controle e Riscos ("CCR"). Ambos são órgãos de governança vinculados ao Conselho de Administração conforme definido pelo Estatuto Social da Companhia.

IX. Dentre as atribuições previstas no Estatuto Social da Companhia e no Regimento Interno do CAE, o Comitê examinou, avaliou e opinou, previamente, sobre 10 contratos de naturezas diversas entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e partes relacionadas, de outro lado. Todas as contratações seguiram estritamente o processo de governança necessário para atender tanto às normas de *Compliance* internas da Companhia, quanto à regulamentação da CVM e da SEC. As informações relevantes sobre as contratações estão devidamente divulgadas no Formulário de Referência da Companhia.

X. Participou das discussões sobre o procedimento de divulgação de contratos entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e Partes Relacionadas, de outro lado, em atendimento à Instrução Normativa CVM nº 552/2014, que modificou a Instrução Normativa CVM nº 480/2009.

XI. No âmbito de suas atribuições, o CAE analisou, em 11 sessões durante o ano de 2018, os relatórios referentes a denúncias recebidas pelo Canal de Denúncias da Companhia e as respectivas ações de melhoria preventivas. Os relatórios, que são divididos por tipologia, ficam arquivados na sede da Companhia.

XII. Além das 22 reuniões informadas, necessárias para o adequado desempenho de suas funções, os membros do CAE participaram de, no mínimo, 4 (quatro) reuniões privadas, de 2 (duas) horas cada, com os auditores independentes, PwC, e com a área de Auditoria Interna da Companhia, sem a presença de administradores ou de outros gestores da organização, para avaliação de possíveis cerceamentos ou risco de quebra de independência ou de qualquer tipo de ingerência da administração, no desenvolvimento dos trabalhos das respectivas auditorias.

XIII. O Comitê de Auditoria Estatutário atendeu a indagações formuladas pelo Conselho Fiscal sobre a estrutura de controles da Companhia, e o acompanhamento destes, e outros assuntos pertinentes.

3. Assuntos Discutidos com os Auditores Independentes considerando a forma de apresentação do Relatório de Auditoria (NBC TA 701)

Conforme determinado pelas normas de auditoria (NBC TA 260), que dispõem sobre a comunicação com os responsáveis pela governança da Companhia, o auditor deve comunicar, dentre outros, o quanto segue: (i) suas responsabilidades em relação à auditoria das demonstrações contábeis; (ii) visão geral do seu Plano de Auditoria para o exercício; (iii) sua visão sobre os aspectos qualitativos significativos das práticas contábeis da Companhia, incluindo políticas e estimativas contábeis, e divulgações nas demonstrações contábeis; (iv) dificuldades significativas encontradas durante a auditoria, se houver; (v) aspectos de independência, incluindo confirmação formal sobre sua independência em relação à Companhia e suas controladas; (vi) comunicação por escrito aos responsáveis pela governança as constatações significativas decorrentes da auditoria; e (vii) conforme determinado pela NBC TA 701, comunicar quais os Principais Assuntos de Auditoria ("PAAS") a serem considerados no Relatório do Auditor Independente, os quais foram os seguintes:

- Provisão para contingências tributárias;
- Ágio fundamentado em rentabilidade futura ("goodwill");
- Reconhecimento de receita ("unbilled"); e
- Novos Pronunciamentos Contábeis.

Gestão de capital
Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração poderá rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	Consolidado	
	2018	2017
Total dos empréstimos e derivativos (Nota 20 e 37)	1.593.227	4.642.617
Arrendamento Mercantil - Passivo (Nota 16)	1.940.074	1.887.172
Arrendamento Mercantil - Ativo (Nota 16)	(208.049)	(205.331)
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(1.075.530)	(2.960.718)
FIC (Nota 5)	(784.841)	(765.614)
Dívida Líquida - Não auditado	2.598.122	2.598.122
LAJIDA (EBITDA) (1) (últimos 12 meses) - Não auditado	6.371.844	5.947.023
Índice de alavancagem financeira (*) - Não auditado	0,23	0,44

(1) Reconciliação ao Lucro Líquido do exercício:
Lucro Líquido do exercício 2.545.101 1.234.507
Depreciações e amortizações 3.954.321 4.013.671
Resultado Financeiro Líquido 537.333 497.836
Imposto de renda e contribuição social (664.911) 201.009
LAJIDA (EBITDA) (Não auditado) (**)
6.371.844 5.947.023

(*) A variação no índice inclui o efeito da venda de torres.
(**) Lajida: lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização.
EBITDA: Earnings before interest, tax, depreciation and amortization
Movimentação dos passivos financeiros

As variações em passivos decorrentes de atividades de financiamento, tais como empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil financeiro e instrumentos financeiros estão apresentadas abaixo:

	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento mercantil financeiro	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2017	4.690.944	1.	

TIM

TIM PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 02.558.115/0001-21

Companhia Aberta



ISEB3
2019

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
TIM Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da TIM Participações S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da TIM Participações S.A. e sua controlada (“Consolidado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TIM Participações S.A. e da TIM Participações S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Nossa auditoria do exercício de 2018 foi planejada e executada levando-se em consideração determinados eventos, transações, e circunstâncias, conforme consta das demonstrações financeiras e do Relatório da Administração, tais como: (i) reorganização societária de suas controladas; (ii) contínuo investimento da Companhia em sua infraestrutura de rede (fibra óptica); e (iii) evolução dos resultados financeiros e operacionais relacionados com o crescimento de sua base de clientes pós-pago, investimento na digitalização do relacionamento com o cliente e ofertas diferenciadas.

Considerando o contexto acima, nossa estratégia de auditoria na determinação da natureza, época e extensão dos nossos trabalhos, bem como definição dos Principais Assuntos de Auditoria, permaneceram substancialmente inalterados para esse exercício, com contínuo foco em relação às estimativas contábeis relevantes, reconhecimento de receita (“unbilled”), projeções dos fluxos de caixa que suportam o ágio fundamentado em rentabilidade futura, assim como, em relação a adequada mensuração, registro e divulgação dos impactos da aplicação dos novos pronunciamentos contábeis efetivos para o exercício corrente e/ou efetivos a partir de 2019, conforme o caso, que em nosso julgamento profissional, foram os assuntos mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente.



Porque é um PAA

Reconhecimento de receita (“unbilled” – Notas 3(e) e 27)

O processo de reconhecimento de receita ao final de cada período considera determinados cálculos para mensuração da estimativa contábil referente a apuração da receita incorrida e ainda não faturada ao final do período (“unbilled”).

A eventual inadequação dos controles internos, e o fato de que a metodologia para o cálculo dessa estimativa envolve a utilização de vários relatórios gerados pelos sistemas informatizados da Companhia, bem como entradas manuais, pode ocasionar o processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras. Dessa forma, essa foi uma área de foco no decorso de nossos trabalhos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização do entendimento e teste dos controles internos relevantes relacionados com o processo de receitas de serviços de telecomunicações, bem como avaliação dos sistemas relevantes de tecnologia da informação que suportam o referido processo de negócio. Ainda, avaliamos as principais premissas e o modelo de cálculo utilizado pela Companhia para mensuração da receita incorrida e não faturada (“unbilled”) ao final do exercício. Também, efetuamos testes específicos para observar a captura do tráfego de voz e dados pela plataforma operacional de faturamento pós-pago (“billing”) da Companhia, incluindo teste sobre a tarifação do tráfego pelos preços acordados no contrato, bem como teste de integridade e acuracidade dos relatórios utilizados para determinação da referida estimativa. Consideramos que a metodologia utilizada pela administração da Companhia para calcular a estimativa da receita incorrida e não faturada é razoável.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, avaliação dos controles internos relevantes que suportam o processo de determinação do valor recuperável do ágio fundamentado em rentabilidade futura. Também, confrontamos as informações utilizadas no referido teste de impairment com o Plano aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, avaliamos a razoabilidade do modelo de cálculo e das premissas financeiras e econômicas relevantes utilizadas, efetuamos teste de sensibilidade sobre as premissas chaves utilizadas pela Companhia, bem como avaliamos a existência de eventuais informações que pudessem contrariar as premissas de crescimento definidas pela administração. Como resultado dos procedimentos descritos acima, consideramos que o modelo de mensuração e as premissas adotadas pela administração da Companhia são razoáveis.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização do entendimento e teste dos controles internos relevantes referentes ao processo de contingências tributárias, bem como avaliação dos sistemas relevantes de tecnologia da informação que suportam esse processo. Ainda, solicitamos e obtivemos confirmação junto a todos os consultores jurídicos, internos e externos, que patrocinam as causas tributárias da Companhia, confirmando valores e prognósticos do processo, conforme determinado pela administração da Companhia. Adicionalmente, obtivemos, para os processos tributários de maior relevância, opiniões de outros consultores jurídicos, com o objetivo de avaliar a razoabilidade dos prognósticos determinados pelos advogados patronais das respectivas causas, bem como avaliar os argumentos, jurisprudências e/ou estratégia de defesa adotada pelos consultores jurídicos da Companhia.

Com base nos procedimentos executados, consideramos as estimativas da administração relacionadas à divulgação e à provisão para contingências tributárias consistentes com as informações e documentos apresentados.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e teste dos controles internos relevantes estabelecidos pela administração da Companhia, com o objetivo da avaliação dos impactos quantitativos e qualitativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção dessas normas contábeis.

Ainda, efetuamos leitura dos memorandos contábeis técnicos preparados pela administração da Companhia e obtivemos entendimento e avaliamos o desenho e efetividade dos principais controles internos específicos, incluindo os sistemas

(iv) desenvolvimento de controles manuais e automáticos para adequada captura, mensuração, registro e divulgação das transações e saldos nas demonstrações financeiras; (v) determinação do modelo de cálculo para mensuração da perda esperada sobre os ativos financeiros, dentre outros. Como resultado, a Companhia reconheceu no balanço de abertura em 1º de janeiro de 2018, uma redução do seu patrimônio líquido no montante de R\$ 94 milhões, antes dos efeitos tributários.

Em relação ao “IFRS 16/CPC 06 (R2) -Operações de Arrendamento Mercantil”, que será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, a administração da Companhia decidiu pelo método de adoção com reconhecimento do efeito da transição no patrimônio líquido no balanço de abertura em 1º de janeiro de 2019.

Em decorrência da natureza do segmento de telecomunicações, a Companhia possui quantidade significativa de contratos de arrendamento mercantil operacional em virtude de diversos arrendamentos de compartilhamento de infraestrutura de rede com demais operadoras participantes do mercado, sendo esses pagamentos contabilizados de forma linear ao longo do prazo do contrato.

Dessa forma, em virtude da implementação desse novo pronunciamento contábil, a Companhia estima um acréscimo nos passivos de arrendamento mercantil em virtude do reconhecimento do direito de uso dos ativos, em 1º de janeiro de 2019, pelo montante aproximado de R\$ 5.100 milhões, que inclusive impactará determinados indicadores financeiros da Companhia. Portanto, em razão desses aspectos, esse assunto foi considerado como um tema de foco em nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 05 de fevereiro de 2018, sem ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2019
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Alexandre Fermino Alvares
Contador CRC 1SP 211793/O-5